



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

***Versão para registro histórico***

***Não passível de alteração***

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS  
EVENTO: Reunião Ordinária e Audiência Pública  
REUNIÃO Nº: 1962/13  
DATA: 13/11/2013  
LOCAL: Plenário 9 das Comissões  
INÍCIO: 14h30min  
TÉRMINO: 17h  
PÁGINAS: 52

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

ILANA CASOY - Escritora especialista em Criminologia. JOÃO CARLOS AMORIM DINIZ - Agente da Polícia Federal. LUCIMAR FERREIRA LIMA DE SOUZA - Esposa de Anísio Ferreira de Souza. SELENE FLÁVIA CALDAS BRANDÃO - Irmã de Césio Flávio Caldas Brandão. CLÁUDIA BRANDÃO - Irmã de Césio Flávio Caldas Brandão. MAGNO MALTA - Senador da República.

**SUMÁRIO**

Apreciação de requerimentos e audiência pública de debate com autoridades policiais e judiciárias dos Estados do Pará e do Maranhão sobre a autoria dos assassinatos de crianças na cidade de Altamira, Estado do Pará, entre os anos de 1989 e 1993.

**OBSERVAÇÕES**

Há intervenção fora do microfone. Inaudível. Houve exibição de imagens.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pastor Marco Feliciano) - Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Boa tarde a todos.

Informo aos Srs. Deputados que haverá, após a deliberação de proposições, audiência pública.

Comunico aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias da ata da 32ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de novembro de 2013.

Assim sendo, indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO COSTA FERREIRA** - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pastor Marco Feliciano) - Eu sou muito bem assessorado por esses Parlamentares que sempre trabalham aqui eficazmente.

Está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos à Ordem do Dia.

Item 1. Requerimento nº 90, de 2013, do Deputado Otoniel Lima, que requer a realização de audiência pública para debater a declaração do Vereador José Paulo Carvalho de Oliveira, do PTdoB.

Como o autor do requerimento não está presente, indago se algum Parlamentar pode subscrever esse requerimento.

**O SR. DEPUTADO COSTA FERREIRA** - Sr. Presidente, com todo o respeito ao nosso Deputado Lourival Mendes, eu pediria para subscrevê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pastor Marco Feliciano) - Já está subscrito.

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - Sr. Presidente, quero subscrevê-lo, junto com o Deputado Costa Ferreira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pastor Marco Feliciano) - O que seria desta Comissão sem esses Deputados do Maranhão *(riso)*, esses maranhenses arretados?

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu quero convidar o Deputado Costa Ferreira, que agora, nesta Comissão, é o Parlamentar com o maior número de mandatos e o de maior idade, para que presida os trabalhos. Eu preciso fazer a defesa do próximo requerimento, que é de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Costa Ferreira) - Requerimento nº 91, de 2013, do Deputado Pastor Marco Feliciano, que requer a realização de reunião de audiência pública para discutir a situação da criança M. E., de 4 anos, adotada há 2 anos e meio e obrigada, por decisão judicial, a retornar aos pais biológicos.

Com a palavra o autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, estive na cidade de Belo Horizonte, a grande Capital mineira, e recebi um grupo de pessoas, incluindo-se juristas, que me trouxeram o caso da menina Duda, uma criança que foi adotada por dois pais e, depois de 2 anos e meio, teve a guarda revogada judicialmente.

Imaginem V.Exas. a angústia desses pais, que, durante 2 anos e meio, dobraram-se, curvaram-se, criaram essa criança, deram a ela amor e carinho, e, de repente, por ordem judicial, a criança volta para a mão dos pais biológicos. Detalhe: esses pais não têm a mínima possibilidade de criar essa criança, nem financeiramente, nem psicologicamente. A mãe foi atestada com problemas mentais graves; isso, na primeira vez, quando a menina foi adotada. Por obra de milagre, 2 anos e meio depois, a mãe estava curada - entre aspas.

Nós descobrimos que ali houve um apelo estranho, para que essa criança voltasse para os braços dos pais biológicos. Segundo consta, a criança, que

está nas mãos dos pais biológicos, já está indo para uma terceira via de adoção.

Portanto, depois de tomar conhecimento de tudo isso, eu quero pedir apoio aos Parlamentares que aqui estão para ouvirmos depoimentos em audiência pública nesta Comissão, porque esse caso tomou uma repercussão muito grande no Estado de Minas Gerais. Hoje, todas as instituições que cuidam de crianças no Brasil falam sobre o Caso Duda. Peço esse apoio aos companheiros.

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa.

O processo de adoção no Brasil passa por profunda reflexão. Refiro-me não só a essa, mas também a outras situações relacionadas aos atos adotivos no País.

Eu o parabenizo porque é uma contribuição significativa que V.Exa. traz para esta Comissão, para o Brasil, uma oportunidade que dá à Câmara dos Deputados de melhorar, de ajustar a legislação brasileira no tocante à adoção.

A propósito, como contribuição a esse entendimento de V.Exa., apresentamos um projeto de lei que garante, que assegura às pessoas que encontrarem menores abandonados de até 4 meses que elas tenham preferência na adoção, sendo vedado, proibido o direito de transferência.

Eu quero parabenizar mais uma vez V.Exa. quanto a esse assunto, que é importante, começa a tomar conotações mais fortes. O Brasil precisa ter uma legislação mais segura, uma legislação mais eficiente que atenda a essas situações. Há um vácuo, há uma lacuna em nossa legislação, e ela precisa ser preenchida.

Portanto, quero me solidarizar com V.Exa. Eu subscrevo também esse requerimento e me coloco à disposição de V.Exa. para participar dessa reunião.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Muito obrigado, Deputado Lourival.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Costa Ferreira) - Nós agradecemos a manifestação eloquente e sábia do Deputado Lourival Mendes.

A palavra está franqueada a quem dela quiser fazer uso. *(Pausa.)*

Como não há mais quem queira fazer uso da palavra, passa-se à votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pastor Marco Feliciano) - Passamos então à segunda parte deste grande dia para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa. Tem início agora a audiência pública destinada a ouvir autoridades policiais e judiciárias dos Estados do Pará e Maranhão sobre a autoria dos assassinatos de crianças na cidade de Altamira, Pará, entre os anos de 1989 e 1993.

Esta audiência decorreu da aprovação do Requerimento nº 82, de 2013, do nobre Deputado Lourival Mendes, a quem vamos passar agora a presidência dos trabalhos, por ser o autor da proposição. Isso é de praxe em nossa Comissão.

Convido o Deputado Lourival Mendes para assumir a presidência desta audiência pública. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Queremos agradecer a Deus, em primeiro lugar, a oportunidade desta reunião e pedir a Ele que nos ilumine, e nos guarde, e nos proteja, e nos dê a sabedoria necessária para conduzir esta audiência, importantíssima para o País democrático.

O Senador Magno Malta, que integrará a Mesa, ainda não está presente.

Convido para fazer parte da Mesa a Sra. Ilana Casoy, escritora, especialista em Criminologia *(palmas)*; o Presidente Pastor Marco Feliciano.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, eu queria ficar aqui, se V.Exa. me permitir. Daqui eu enxergo melhor e ouço melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Pois não.

Convido ainda para compor a Mesa o Dr. João Carlos Amorim Diniz, agente da Polícia Federal *(palmas)*; a Sra. Lucimar Ferreira Lima de Souza, esposa do Dr. Anísio Ferreira de Souza *(palmas)*; e a Sra. Selene Flávia Caldas Brandão, irmã do Dr. Césio Caldas Brandão *(palmas)*.

Quero agradecer e consignar a presença do Deputado Henrique Afonso, o que muito nos honra, da Deputada Keiko Ota, da mesma forma, na mesma extensão dos nossos sentimentos, e do nobre Deputado Costa Ferreira, que, já com os seus cabelos brancos, embranquecidos, decano desta Casa, Deputado Constituinte, abrilhanta esta reunião também com a sua presença.

Eu queria consignar que foi convidado o Dr. Luiz Ernane Ferreira Ribeiro Malato, Juiz de Direito do Estado do Pará que conduziu o processo final do julgamento sobre os meninos emasculados do Estado do Pará, mas que não pôde comparecer e mandou uma carta. E eu queria pedir que a carta do meritíssimo juiz fosse lida. Ele praticamente expressa o seu sentimento, e é uma contribuição, uma colaboração, conforme ele mesmo declara, para este processo.

Eu queria pedir à nossa Assessoria que passasse a carta a algum Deputado... Ao Deputado Henrique Afonso. Pode ser? Vou pedir a V.Exa. que faça a leitura da carta. V.Exa. lê calmamente, lê muito bem, com eficiência. Será uma leitura de boa qualidade.

Por favor, Deputado Henrique Afonso.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Assim diz o Juiz de Direito Luiz Ernane Ferreira Ribeiro Malato:

*Belém do Pará, 13 de novembro de 2013*

*Ilustre Deputado Lourival Mendes*

*Dirijo-me a V.Exa. para agradecer ao convite formulado para estar presente na audiência pública que ocorrerá hoje, 13/11/2013, às 14 horas, no Plenário 9 desta renomada Câmara dos Deputados, nos termos do Ofício nº 344/2013.*

*Como havia previsto, as atividades da magistratura, frente à 5ª Vara Cível da Capital, onde atualmente sou titular, audiências previamente marcadas e outras tarefas do magistério me impedem de comparecer a esse importante ato público.*

*Contudo, embora desestimulado pelos danos transcorridos pela insensibilidade de autoridades públicas, pela omissão de alguns órgãos, pela incoerência de nossas instituições, desejo colaborar de outra maneira, pretendendo, pelo mínimo, como tenho feito em salas de aula, esclarecer sucintamente o que concluí acerca desse assunto.*

*Verdadeiramente, não sendo o primeiro juiz a acompanhar o rumoroso caso das crianças mortas e emasculadas do Município de Altamira e, sim, o terceiro, informo que o primeiro magistrado e o primeiro promotor de Justiça, Roberto Vieira e Roberto Pinho, respectivamente, atualmente aposentados, foram aqueles que impronunciaram os réus por não terem vislumbrado culpabilidade alguma.*

*Por suas impronúncias, o juiz teve que pedir sua transferência da comarca, e o promotor de Justiça, longas férias, tendo havido simuladamente o enterro de ambos, providenciado por alguns integrantes da população inconformada.*

*Outro magistrado e outra promotora designados para o caso resolveram, então, pronunciar os acusados, acalmando as sucessivas cobranças de solução aos terríveis homicídios, emasculações e desaparecimento.*

*Tratando-se de um caso em que morreram ou foram emasculadas crianças e adolescentes do sexo masculino daquele Município, a sociedade do lugar revoltou-se e, juntamente com a imprensa, nem sempre criteriosa à época, exigiram resposta rápida.*

*O assunto ganhou repercussão nacional, e as polícias estadual e federal, muito cobradas, intensificaram as investigações em busca de um resultado que satisfizesse a sociedade paraense.*

*Tornei-me juiz daquela comarca, observando, meses depois de ter assumido, a necessidade do andamento do feito com a necessária citação da sentença de pronúncia aos acusados, sem a qual engessaria o processo inteiro e admitiria a responsabilidade do magistrado.*

*Em razão dos endereços duvidosos fornecidos pelos advogados, decretei a prisão preventiva de todos, conseguindo que o processo andasse em direção ao seu fim. A partir daí fui tomando conhecimento dos autos e conhecendo pessoas relacionadas ao assunto, incluindo, das vítimas, os adolescentes XXXX hoje adulto, que compareceu diversas vezes ao meu gabinete de audiência. Chegamos a produzir um retrato falado, através desse adolescente, do suposto homem apontado pelo mesmo que teria sido o acreditado emasculador que o convidou para apanhar mangas em uma floresta perto de sua residência.*

*Continuei a estudar o processo, convencendo-me de que os pronunciados - apesar de um deles com passagem pela política; outro, militante de uma organização ufóloga escritora de um livro polêmico - eram completamente inocentes, e algo precisava ser feito.*

*Processo completamente instruído e com recursos de toda a ordem, procurei algumas autoridades forenses para compartilhar ideias. Contudo, as alegações foram as de que, tecnicamente, o feito estava terminando, sendo necessária a designação do Tribunal do Júri.*

*O máximo que consegui foi o desaforamento do processo para a Capital do Estado, onde, anos depois, ocorreriam dois julgamentos pelo Tribunal do Júri, que haveriam de absolver Valentina de Andrade e condenar os demais.*

*Em São Paulo, cursando na época o meu curso de pós-graduação em Direito, o jornal O Estado de S.Paulo publicou página inteira com foto semelhante ao retrato falado pelo adolescente, sobre a confissão do mecânico Francisco das Chagas quanto ao assassinato de 32 garotos no Estado do Pará e no Estado do Maranhão.*

*Malgrados os esforços de pessoas ilustres e interessadas, como a competente escritora Ilana Casoy, diversos representantes de classe e mesmo integrantes desta egrégia Casa Legislativa, penso que a verdade desse assunto ainda depende de muitos esforços e boa vontade das autoridades públicas.*

*São vítimas nesse triste episódio tanto as pobres crianças vitimadas no Município de Altamira quanto qualquer que porventura tenha sido processado e preso em estado de inocência que o processo não conseguiu revelar.*

*São essas informações que eu haveria de prestar, a título de colaboração, necessariamente não afirmando estar correto ou errado, posto que me revelo por impressões pessoais. Contudo, afirmando total isenção quanto à situação e a esperança em que a verdade triunfe.*

*Para a melhor informação de V.Exas., transcrevo uma pequena parte do que escrevi acerca desse assunto contido em meu livro intitulado Direitos Humanos - Federalização da Competência e a Amazônia.*

*Cumprimento, nesta oportunidade, todos os que se encontram empenhados em tentar esclarecer um assunto que compromete deverasmente o Estado brasileiro perante a sociedade e os organismos internacionais.*

*Atenciosamente,*

*Luiz Ernane Ferreira Ribeiro Malato.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Consignada a leitura, nós gostaríamos de dizer que o tempo reservado para cada convidado é de 20 minutos, prorrogável a critério da Presidência, não podendo o expositor ser aparteado.

Cada Deputado inscrito para interpelar o expositor poderá fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, por 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Eu queria, antes de passar a palavra aos expositores, esclarecer a esta Comissão e esclarecer ao povo brasileiro que esta audiência se dá em decorrência de uma grande inquietação, como nós acabamos de ouvir, pela leitura feita pelo Deputado Henrique Afonso, de um documento oficial, do Juiz de Direito Luiz Ernane Ferreira Malato, que tem dúvidas quanto à culpabilidade dos réus condenados e presos. Esta situação nos inquietou, e os familiares têm-nos procurado, as pessoas têm-nos procurado.

E não poderíamos deixar que essa matéria fosse discutida, Deputado Pastor Marco Feliciano, por esta Comissão de Direitos Humanos, que tem, no decorrer de sua existência neste Parlamento e mais exponencialmente sob a Presidência de V.Exa., deleitado-se com os temas mais importantes que precisam ser exaustivamente discutidos, para que o Estado Democrático de Direito, para que as garantias dos direitos individuais sejam preservados.

Esse é o objetivo maior deste processo de discussão que nós conseguimos aprovar, com o apoio de todos os Parlamentares desta Comissão, por unanimidade, que reconheceram a necessidade da discussão de um tema que pode levantar um assunto importantíssimo, fundamental para o Estado Democrático brasileiro.

Nós contamos com o apoio não só dos Deputados e das Deputadas, mas também contamos com o apoio da imprensa, que é um instrumento com o qual chegaremos a atingir os objetivos deste processo de discussão. Temos certeza de que contamos com o apoio de todos os homens e de todas as mulheres de bem que constituem e fazem parte deste grande Brasil.

O que nos leva é esta situação de dúvida que paira. É preciso fazer com que, a princípio, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará agilize esse processo, para que a revisão seja verificada e tenhamos um julgamento que represente a verdadeira verdade no Estado brasileiro.

Eu queria inclusive deixar consignado que este caso é emblemático porque tem a participação de membros do Ministério Público, de juízes de Direito, de advogados, de jornalistas, de especialistas em Criminologia, de vários segmentos da sociedade, que se encontram em situação de ponto de interrogação para buscar a verdade. E talvez este Parlamento dê ao Brasil a oportunidade de esclarecer melhor um fato importante para a Nação brasileira. Nós não podemos continuar convivendo com esta situação inusitada: a de que continuam nos porões dos nossos presídios inocentes, presos por crimes não praticados. É preciso que a verdade venha à tona. Que esta audiência pública, de uma série que prevê mais duas, contribua para que tenhamos maior agilidade do Poder Judiciário brasileiro e para que este Parlamento dê a resposta de que a sociedade precisa.

Portanto, eu queria neste momento conceder a palavra à Dra. Ilana Casoy, escritora e especialista em Criminologia, que participou e acompanhou parte desse processo de discussão.

**A SRA. ILANA CASOY** - Boa tarde a todos.

É uma honra estar aqui. Agradeço muito ao Deputado Lourival Mendes; à Dra. Damares; à Lucimar, que eu vejo lutar incessantemente para a verdade ser esclarecida. A toda a Casa eu estendo o meu agradecimento pela oportunidade que dá de que este caso seja contado fora do Pará e do Maranhão. O Brasil é muito grande, e, muitas vezes, algumas regiões ficam um tanto esquecidas, não são muito lembradas nos jornais, ficam contidas ali na sua geografia.

Eu falo desse caso sempre com tristeza e com alegria. Alegria pelo resultado que a Polícia Civil do Maranhão obteve nessa investigação, que foi pioneira. Na época, eu estudava, como ainda estudo, o crime em série, mas era o começo da minha pesquisa, tinha só alguns anos. Eu tinha publicado o meu primeiro livro, sobre criminosos em série, que se chama *Serial Killers - Louco ou Cruel?*, acompanhava pelos jornais, já há mais de 1 década, os casos que aconteciam, primeiro em Altamira e, depois, em São Luís do Maranhão.

Publiquei esse livro, e, no dia 19 de fevereiro de 2004, Dr. Diniz, o senhor me mandou um *e-mail* - eu me lembro da data porque era o meu aniversário

-, com Benilton Ferreira, que era da Polícia Federal. Eles tinham uma força-tarefa para elucidar esses casos no Maranhão. Àquela altura, nem se sabia ainda exatamente quantas mortes poderiam estar sob a autoria de um indivíduo só. Era uma das linhas de investigação.

Eu vou tentar contar esse caso de forma resumida, porque em 20 minutos na caberá nem 1 minuto por vítima - são 42, fora os três sobreviventes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - A Mesa será tolerante, diante da importância do depoimento de V.Sa.

**A SRA. ILANA CASOY** - (Riso.) Eu agradeço, mas quero ser didática porque é um caso muito extenso.

Por uma infelicidade - e eu até entendo como o erro foi cometido -, Césio, Anísio, Amailton e o policial Santos foram julgados em setembro de 2003 e condenados por um Júri popular, e, em dezembro, o Dr. Diniz prendeu Francisco das Chagas Rodrigues de Brito pela autoria desses crimes. Então, eles já estavam condenados. Eu consigo, na Criminologia, até entender como esse erro foi cometido, o que eu não consigo entender é o fato de que, há 10 anos, ele já poderia ter sido resolvido.

Como ele acontece? Todos os casos de crime em série de que já participei ou que estudei causam um estrago social imenso. Muitas pessoas são presas ao longo da investigação sem que elas sejam culpadas, porque ainda não se sabe se o crime tem uma autoria só. A técnica de investigação utilizada é a de homicídio tradicional, quando sabemos que, para crime em série, essa técnica não é eficiente. Existem técnicas especiais para investigar crime em série. Então, erros são cometidos.

Só neste caso que está sendo citado aqui, 30 pessoas foram presas ao longo dos anos, desde 1989 até 2003. Então, a gente tem 29 inocentes, que foram acusados passaram por prisão, ficaram com estigma, passaram por processo. E isso não é uma exclusividade deste caso. Em muitos casos isso realmente acontece. E na medida em que o caso é esclarecido, com a técnica certa, temos que resgatar esses inocentes que foram abalroados no caminho. Não temos um sistema perfeito. Ainda muito se condena com indícios, com lógica, e não com prova científica, o que é a minha grande briga. Eu luto pela valorização da prova científica, que é o melhor método que temos para não cometer erros desse porte. E foi o que aconteceu neste caso.

Eu atendi, ainda de forma sigilosa e informal, na época - fomos pioneiros de uma junção entre a Ciência e a polícia, numa tentativa nova de investigação, de aplicação de uma técnica que era americana para um país como o nosso. O Dr. Diniz, Benilton Ferreira e eu sentamo-nos todos, numa equipe maravilhosa. O Dr. Diniz me mandou os casos. Na época eram 26 casos. Quem me ajudou muito também foi o Dr. André Ribeiro Morrone, médico legista, e a Dra. Adelaide Caires, psicóloga. Todos nos sentamos para tentar entender, primeiro, quais casos eram de uma mesma autoria. Porque alguns que estavam ali elencados não eram, tinham outras autorias. Juntamos 23 casos, sobre os quais trabalhamos intensamente, para montar o perfil desse indivíduo, para poder dar essa colaboração de busca de provas.

O Dr. Diniz fez um trabalho policial exemplar, junto com o Benilton. Eles conduziram de uma forma muito tranquila e muito competente tudo o que tinha para ser feito. E isso resultou num caso muito bem estruturado contra Francisco das Chagas, um caso com provas científicas. Na casa do Chagas foram encontrados três corpos enterrados, três ossadas, e mais camisetas que ele recortava. Foi uma autoria bastante fundamentada. Não foi uma autoria de lógica. Muito pelo contrário. Nada na lógica indicava o Chagas como autor desses crimes. E eu mesma conversei com o Chagas por mais de 60 horas para o meu trabalho de pesquisa. Ele me contou cada crime, não só no Maranhão, como também cada crime em Altamira. Vocês podem ver pelo meu tamanho que, nem se quisesse, eu poderia ter forçado o Chagas. É um homem bem forte. Conversamos com muita tranquilidade...

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Doutora.

**A SRA. ILANA CASOY** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Não querendo interrompê-la, e já interrompendo, pergunto: quantos casos ele confessou à senhora?

**A SRA. ILANA CASOY** - Para mim? Quarenta e cinco: três sobreviventes e 42 assassinatos. De dois meninos que ele confessa, no Maranhão, não foram identificados. Mas ele conta... Eu tenho 28 nomes de ressarcidos, pelos Direitos Humanos do Maranhão... Vítimas do Maranhão.

Ele pode não lembrar o nome, mas ele lembra exatamente não só a história de cada criança - como ele encontrou e o que ele falou -, como também tem uma memória impressionante da roupa que a criança vestia quando ele abordou a criança, o que a criança fazia. Os de Altamira são os primeiros crimes dele, que, tecnicamente, são a base de todo o processo criminoso dele, a base psicológica. E ele tem uma memória bastante nítida.

Quando a Polícia Civil do Maranhão o levou para o Pará... Eu entrei com o Chagas na mata também, numa reconstituição que o Dr. Diniz me permitiu acompanhar, numa incursão na mata onde ele ia mostrar um dos locais de crime. E é muito impressionante, porque o Chagas tem uma memória muito precisa. Antes de entrar na mata - e eu tenho isto filmado -, ele falou assim: *Aqui eu deixei o menino. Entrando nessa mata, na terceira mangueira, do lado direito... Foi na terceira mangueira.* E realmente, quando entramos na mata, ele sabia exatamente até a vegetação que ali se encontrava. E, no Pará, em Altamira, ele mostra para a polícia todas as localizações onde ele matou essas crianças - os 12 meninos do Pará. O erro dele, médio, é de 50 centímetros, para o GPS da polícia. Então, ele não erra, ele sabe exatamente onde ele deixou. Ele erra meio metro da localização. É muito impressionante.

Depois desse caso que tivemos uma preocupação muito grande em estruturar muito bem para que, quando chegasse ao tribunal, pudesse ter base para a condenação de Francisco das Chagas - hoje ele está condenado, eu acho, por mais de 11 desses assassinatos no Maranhão -, a família de Césio e de Anísio me procurou para saber se eu tinha algum material que auxiliasse nessa briga que temos agora para elucidar a questão do Césio e do Anísio.

Eu fiz uma monografia, uma tese, quando fiz a especialização, que se chama *Criminalística e Criminologia Aplicadas à Investigação de Crimes em Série: Estudo de Caso dos Meninos Emasculados*, em que eu discuto que é exatamente isto: que a técnica de investigação de homicídio tradicional não é competente para o crime em série e causa esse tipo de estrago, infelizmente.

Até os dias de hoje - isso foi em 2003; 10 anos depois -, já participei de várias outras investigações de crime em série, da mesma maneira como participei das que foram feitas no Maranhão, e, graças a Deus, sempre com um resultado competente, elucidando esses casos sempre com prova científica. Participei do caso do maníaco de Contagem. Estive aqui no Congresso com este caso. Foi o caso líder da discussão para a aprovação da Lei dos Bancos de DNA para os já condenados. Então, eu estive aqui e participei dessa investigação da mesma forma. Participei, no próprio Estado do Pará, da investigação dos crimes do André Barbosa, o Monstro da CEASA, também pela Polícia Civil. Fui até condecorada pela minha contribuição para a Polícia Civil daquele Estado, nessa oportunidade. E, infelizmente, sempre assistimos a outras pessoas condenadas.

O Estado do Maranhão também tinha condenados. Eu me lembro do Robério, pelo nome, que estava condenado a 22 anos de prisão pela morte de um desses meninos. E Carlos Brasil, o promotor, ele mesmo revisou o caso. Um promotor humilde, um promotor com um grau de espiritualidade imenso. Quando ele viu o erro... Porque, quando ele condenou, ele acreditou que o Robério era o assassino. Ninguém duvida de que ele tenha acreditado. Porém, ele mesmo tratou de revisar o caso, quando ficou tão claro, e o Chagas começou a ser então condenado com provas pelos crimes que cometeu.

Hoje, no Pará, temos o trabalho *pro bono* do Dr. Roberto Lauria, advogado, que também auxilia na revisão criminal do Césio, que poderá ser estendida ao Anísio. Isso está no Tribunal do Pará e está parado. Eu acabei de ler que o Ministério Público do Pará diz que não concorda... Porque o Dr. Roberto

Lauria não só pede... Ele pede que ou sejam absolvidos, diante das provas que já temos do Chagas, ou, em última hipótese, levem-se Césio e Anísio a uma oportunidade de novo júri, porque os jurados que os condenaram não sabiam do Chagas. Não existia o Chagas. Então, o mínimo de justiça, uma justiça bem rasa e superficial, seria que eles pudessem novamente ser julgados, desta vez por jurados que saibam que existe um assassino que foi preso posteriormente à condenação deles.

Outra coisa que eu quero ressaltar - e acho que talvez mais interessante seja que me perguntem, porque é um caso muito grande, e eu não sei onde anda a dúvida das pessoas - é que existe uma tristeza neste caso, que eu mesma demorei a entender. Existe uma testemunha, no julgamento do Césio e do Anísio, que afirma que viu o Césio. E nós só fomos entender... Porque não teria motivo. Por que um senhor muito velho mentiria? Era uma questão. E depois descobrimos que, por uma infelicidade, o Dr. Césio é muito parecido fisicamente com o Chagas. Isso é uma infelicidade.

Eu repito: entendo como pode ter acontecido o erro, mas não entendo - e isso está esclarecido há 10 anos, internamente; na minha monografia consta a conclusão da Polícia Civil do Estado do Pará, de que Francisco das Chagas é o assassino dessas crianças; na minha tese consta o relatório da Polícia Federal constatando que Francisco das Chagas é, sim, o autor das mortes em Altamira - que tenhamos tudo isso completamente ignorado pelas outras autoridades. Nada se faz.

Visitei Césio e Anísio este ano na penitenciária. Sinto muitíssimo. Vejo como uma situação muito precária a deles. Foi a primeira vez que os vi. Eu sempre lutei pela inocência deles, mas só os conheci agora, porque não é uma questão pessoal, não sou amiga pessoal de nenhum deles, mas se assombram diante de mim fatos tão terríveis, uma injustiça tão terrível.

Na história criminal do Brasil, fala-se muito dos irmãos Naves, que injustiça sofreram. Talvez, depois dos irmãos Naves, esta seja a maior injustiça de que eu tenha conhecimento, ocorrida no Brasil. Mas quero lembrar-lhes que há tempo de resolvê-la. É uma injustiça que pode ser reparada. E acho que o Estado do Maranhão foi processado pela OEA sobre esses crimes, mas reparou e tem lutado para cumprir tudo o que foi decidido pela OEA, pelo Tribunal Internacional, para que as vítimas sejam reparadas, para que o Chagas seja devidamente processado, para que a polícia tenha amparo na sua capacitação e formação. Agora, gostaria que o Estado do Pará, que não foi processado pela OEA, fizesse isso sem processo, acompanhando o que já está feito no Maranhão e que foi muito importante.

Então, eu acho que, dos fatos, o que eu tenho... São tantas coisas, mas fico aberta para todas as... Espero não ter-me esquecido de nada. É uma oportunidade que emociona tanto, porque ela é única, ela é rara. Nós estamos aqui, vocês estão ouvindo falar deste caso. Tentamos tenta falar deste caso tantas vezes, e ninguém se interessa. Vai ao jornal e fala: *Você não quer publicar que há duas pessoas presas...?* Porque eram quatro condenados. Dois já morreram. Temos agora o Dr. Césio e o Dr. Anísio. Os dois outros morreram, completamente abandonados, esquecidos e condenados. Um morreu na prisão, e outro, foragido. Então, temos agora esses dois que ainda vivem. O Dr. Anísio tem 77 anos, e está com a saúde precária. E, quando vamos aos jornais, à mídia, e pedimos *por favor, você não quer ajudar a dar voz ao que está acontecendo*, dizem *não, precisamos de um fato novo*. Não vai acontecer nenhum fato novo, se não nos levantarmos para lutar pelo fato novo. Não há como acontecer. Que fato novo? O assassino está preso, os inocentes estão presos. Todo mundo está feliz, e mais um Natal se aproxima, e está tudo bem.

Eu queria também colocar que muito do MP do Pará, apesar de nessa última negativa dele sobre essa revisão criminal... O promotor não fundamentou... Eu não sei por que ele não concorda porque ele não escreveu. Ele só escreveu que não concorda. Em vezes anteriores, falou-se muito que Francisco das Chagas só declarou à polícia que matou as crianças de Altamira, não em juízo. Isso não é verdade. Ele declarou, sim, em juízo, para a Juíza Teresa Mendes, para o Juiz Márcio Brandão, que acompanharam os casos no Maranhão e conversaram com o Chagas diversas vezes. E o Chagas não falou, no julgamento dele... Infelizmente, foi permitida a ele uma caridade, por alguém que tem bom coração, o Dr. Márcio Brandão, que permitiu que o irmão de Chagas conversasse com ele 15 minutos antes do júri. E o irmão do Chagas - ninguém podia imaginar isso - pediu ao Chagas, com testemunha, o próprio juiz, que, por favor, não confessasse os crimes de Altamira porque ele sofria muitas perseguições, como é comum na família desses indivíduos. E ele, então, no júri, resolve não falar de Altamira, o que não quer dizer, de maneira nenhuma, que ele não tenha confessado centenas de vezes, com ricos detalhes, com texto, com gestos, com todas as coisas. E tenho gravadas em áudio todas as minhas conversas com Francisco das Chagas. Eu tenho tudo isso em áudio. É um material enorme, com muitas horas em que o entrevistei, que coloco à disposição para quem não acreditar.

Eu espero que esta Comissão realmente ajude a levantar essa bandeira. Acho que é um entre muitos casos, não é o único, mas temos começar por algum lugar. Vivemos um momento histórico bastante intolerante. Clama-se muito por aumento de pena, clama-se muito por condenações mais rápidas, e alguém tem que clamar - por exemplo, a Comissão de Direitos Humanos - pelo direito de poder provar a sua versão, de fazer a sua defesa e provar, talvez, um dos maiores enganos que a Justiça brasileira já cometeu.

Obrigada. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Com a palavra o Dr. João Carlos Amorim Diniz.

**O SR. JOÃO CARLOS AMORIM DINIZ** - Boa tarde, senhoras e senhores.

Antes de vir para cá, eu imaginei em que poderia contribuir, porque venho participando de audiências, de júris do Chagas no Maranhão. Já vim a esta Comissão em 2004, já fui a outra Comissão do Ministério da Justiça, no Poder Executivo, em 2003. Todas as vezes em que participo desse tipo de evento surge uma pergunta diferente, que nunca foi feita.

E o tempo. Já não estou mais nessa área. Na época, eu era Delegado da Polícia Civil. Não trabalho mais na Polícia Civil do Maranhão.

Então, partimos para outras coisas, para outros assuntos, para outros conhecimentos. E cada vez que participamos de um fato como este esquecemos um fato importante. O tempo vai passando, e o nome das vítimas vamos esquecendo, alguns detalhes...

Então, vou ver se consigo ser sucinto aqui e não deixar passar nenhum fato relevante.

Quando eu assumi a investigação dos emasculados, no Maranhão, em 2003, naquela época já havia, pela mídia, 23 casos de emasculados no Maranhão. Então, nós fizemos o seguinte: juntamos todos os inquéritos que havia em delegacias, inquéritos arquivados na Justiça, ações penais já em fase de execução, todos os documentos de todos os inquéritos. Juntamos tudo e fizemos uma análise. Diferentemente do que foi feito no Pará, no Maranhão, para cada crime, instaurou-se um inquérito, em uma delegacia diferente, presidido por delegados diferentes. Não houve, em nenhum momento, nem naqueles casos em que a diferença de um crime para o outro, nas mesmas características, era de 12 dias... Não foram juntados. Emasculado, morto, na mesma região, com as mesmas características - não houve a junção dessa investigação. Cada delegado investigou da forma que achou melhor.

Pois bem, após uma análise página a página de todos esses inquéritos, a equipe... A princípio, ainda não era uma equipe, era só eu. Depois fomos formando essa equipe. Eu cheguei à seguinte conclusão, diante do que havia naqueles inquéritos de 10 anos atrás: nós não tínhamos provas, no âmbito policial, contra ninguém; nós não tínhamos como fazer a descoberta naquele momento, porque poderiam ser várias pessoas, poderia ser, para cada crime, um autor. Poderia ser, para todos os crimes, uma pessoa só? Poderia sim, diante dessa análise inicial. Poderia ser um ritual de magia

negra? Poderia. São as linhas de investigação de que falamos no âmbito policial. *Pode ser isso, isso e isso. Vamos investigar isso aqui.* Isso é linha de investigação. E assim foi feito.

A questão de ser um autor só. Se fosse um autor só, como eu ia descobrir? Eu não sabia. Sou um brasileiro que gosta de filme, e o que mais se vê na televisão é filme americano de matador. Aparece muito isso Então, primeiro ponto, filme.

Depois, Internet. Quando eu joguei isso na Internet, já apareceu alguma coisa. Pela Internet descobri que uma escritora em São Paulo já tinha escrito um livro sobre *serial killer*. Mas isso foi em 2003, e eu só entrei em contato com ela em 2004. E achei alguma coisa sobre o FBI, que tinha alguma linha de investigação, naquela época, sobre *serial killer*. Eles tinham um trabalho feito, uma técnica americana. Eu já sabia disso, mas muito pouco, não tinha tempo para me aprofundar.

Nós montamos então uma estratégia. *Bem, como é que vamos fazer? Vamos refazer tudo o que foi feito: quem foi ouvido na época do crime vai ser ouvido de novo, vamos aos locais dos crimes, vamos falar com os peritos.* Os laudos cadavéricos da década de 90 não tinham fotos, eram feitos em máquina de escrever, com desenho, eram muito pobres em material. *Vamos atrás dos peritos para conversar.* Tudo isso foi feito; porém, chegou-se ao ponto em que não se tinha mais o que fazer. Tudo o que pudemos fazer em 6 meses para conhecer os fatos nós fizemos, depois não tínhamos mais o que fazer.

A conclusão a que chegamos na época foi que só conseguiríamos elucidar esses casos se ocorresse um novo caso, contanto que não deixássemos passar o princípio da oportunidade no momento em que ocorresse. Realmente, foi a conclusão: esperar morrer mais uma criança, para começarmos do zero. É uma verdade cruel, mas, infelizmente, foi isso.

E assim foi feito. Nós tentamos levantar, durante aquela época, todos os casos de crianças desaparecidas e não encontradas na ilha de São Luís, fizemos um cadastro, dentro do possível - é lógico que não foi completo, mas foi dentro do que conseguimos com as ocorrências antigas -, e nos preparamos. Nós nos preparamos como? Havia uma equipe 24 horas. Qualquer delegacia que recebesse o comunicado, via boletim de ocorrência, de que uma criança havia desaparecido o encaminhava para mim. Os policiais iam para as ruas, sábados e domingos, iam para a casa da vítima fazer a procura.

Isso foi feito de maio de 2003 a dezembro de 2003, até que, um dia, 6 de dezembro, houve uma ocorrência, num plantão: um adolescente havia desaparecido, não havia retornado. E havia um suspeito. Na própria ocorrência, havia um suspeito, porque o adolescente tinha saído com determinada pessoa.

Corrijo algo que disse a Dra. Ilana. No dia 6 de dezembro, o Chagas não foi preso em razão do caso dos emasculados; ele foi preso em dezembro em razão de ter sido acusado de ter participado do desaparecimento de um adolescente. O corpo desse adolescente não tinha sido encontrado. Não havia ligação com o emasculado, mas eu sabia, porque acompanhávamos toda criança que desaparecia.

No primeiro depoimento que o Chagas prestou ao delegado de plantão, num procedimento que, com o tempo, em interrogatório, vamos pegando - ao interrogar uma pessoa sobre um fato de que não temos noção nenhuma, antes de entrar no você fez?, você é culpado disso?, perguntamos coisas triviais, perguntamos onde mora, onde nasceu, em que trabalhou, em que cidade morou, essas coisas -, ele disse que tinha morado em Altamira dos seus 6 anos até o ano de 1994. Isso ficou registrado nesse primeiro depoimento. Depois de 1994, ele se mudou para o Maranhão, para São Luís. Isso ficou ali, no depoimento. Esse foi só um fato colocado no depoimento.

Nas investigações sobre o desaparecimento do Jonathan, que se estenderam até o fim de janeiro de 2004, foram levantados indícios suficientes para se imputar a autoria do desaparecimento e, posteriormente, da morte e da ocultação de cadáver, porque, no início de janeiro, nós encontramos o corpo do Jonathan. Onde? Em uma região onde também já havia sido encontrado o corpo de um menino emasculado nas mesmas circunstâncias: coberto por palhas, por folhas de tucum, escondido embaixo de um tucunzeiro.

Por essas circunstâncias da morte da vítima, nós percebemos, a partir de um estudo que fizemos em 2003, quando pegamos todos os inquéritos, que todas aquelas vítimas emasculadas não eram enterradas, eram deixadas em local ermo, no mato, eram colocadas geralmente embaixo de tucunzeiros ou de outra árvore que tivesse espinho. Por quê? Porque, no caminho natural que o caboclo faz no mato, ele desvia de onde há tucunzeiros, para não se ferir. Se nesse caminho natural há um tucunzeiro, com cinco, seis palmeiras, umas junto das outras, com as folhas caindo, com espinhos deste tamanho, ninguém vai para lá. Andando pelo mato, a pessoa já faz um caminho que a desvia daquilo.

Ele colocava as crianças ali, cortava a folha, cobria as crianças e as deixava naquele local. A maioria das vítimas foi encontrada desse jeito, e a característica principal é a emasculação completa. No caso do Jonathan, que foi a última vítima, não foi possível, porque foi encontrada a ossada. Na época de verão não chove em São Luís. Até a confissão, foi rápido.

Foi concluída essa investigação, e consideramos esse depoimento inicial do Chagas, no sentido de que ele havia morado em Altamira. Antes, lógico, eu estava sabendo que no Pará haviam acontecido casos de crianças emasculadas. Disso eu sabia bem antes de o Chagas surgir na investigação. Isso eu peguei na Internet também, eu não conhecia ninguém em Altamira para me dar essas informações sobre vítimas, dia do crime, nome das vítimas. Fizemos uma tabela e colocamos informações sobre as vítimas do Pará e as vítimas do Maranhão. Observamos que, do primeiro caso, no Pará, em agosto de 1989, até agosto de 1991, havia alguns casos relacionados no Pará: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito casos. Isso, pela mídia.

De 7 de setembro de 1991 até 20 de novembro de 1991, casos no Maranhão. No dia 1º de janeiro de 1992, mais outro caso no Pará. Em março de 1992, um caso no Maranhão. Depois, durante 4 anos, não houve mais nenhum caso no Maranhão. Só voltou a haver casos no Maranhão em 1996. E, desde 2003, acabaram os casos no Pará. Isso nós já tínhamos, mas eu estava investigando os casos do Maranhão. Aquilo era só uma referência, se precisássemos. Lógico, eram casos de emasculados. Então, tínhamos que saber pelo menos isso, considerando-se a mídia.

Depois da conclusão do primeiro inquérito, Chagas foi ouvido novamente, a respeito de mais detalhes sobre sua vida pregressa no Pará. Ele contou detalhes que não tínhamos. Em 1991, lá pelo mês de setembro, ele veio para São Luís trazer uma cunhada para fazer um tratamento de saúde, e aqui ele ficou até o Natal. Voltou para passar o Natal de 1991 em Altamira e retornou, no início de janeiro, novamente para São Luís, onde ficou até o mês de maio de 1992. Ele voltou para Altamira, onde ficou até o ano de 1994, quando ele se mudou definitivamente para São Luís.

Bem, com esse depoimento, incluindo-se apenas esses dados na tabela, a que conclusão se chega? Quando ocorreu o caso dos emasculados no Pará, ele estava lá. Quando ele veio passar 3 meses em São Luís, começaram os casos em São Luís. Ele foi ao Pará para passar o *réveillon*. No dia 1º de janeiro, houve uma vítima no Pará. Logo depois, ele voltou para São Luís e ficou aqui até o mês de maio. Houve dois casos em São Luís. Ele retornou para Altamira, em maio de 1992, e por lá ficou até 1994, e os casos continuaram até o fim de 1993. Ele se mudou definitivamente para São Luís em 1994, e a partir de 1994 começaram todos os casos em São Luís até 2003, e nunca mais houve um caso de emasculado no Pará.

Isso é um fato. Até então, eu não poderia interrogar o Chagas só com isso, perguntando se foi ele que matou alguém no Pará. Então, o que fizemos? Entramos em contato com a Polícia Federal no Pará. Ela fez um trabalho em Altamira, ouviu os parentes do Chagas, como nós fizemos em São Luís com os parentes das vítimas. Ouviu os parentes do Chagas, soube de detalhes, onde ele morava, o que ele fazia, onde ele trabalhava, tudo isso.

A partir do momento em que entendi que o Chagas poderia também ser o suspeito da morte daqueles meninos no Maranhão, além do último, em

relação ao qual ele estava respondendo apenas por homicídio e ocultação de cadáver, sem haver emasculação, entrei em contato com a escritora, para me qualificar sobre como investigar uma pessoa com esse perfil de matador em série.

A partir daí, ela começou a me passar toda uma doutrina de investigação utilizada pelo FBI, que eu adaptei à nossa realidade. E continuamos investigando. O que fizemos? Mapeamos - isso nós já tínhamos em relação às vítimas - todos os locais referentes às vítimas: onde elas moravam, onde trabalhavam, o que faziam, o colégio, tudo, dentro da ilha de São Luís. Deu uma área de 4 quilômetros e meio de largura por 12 quilômetros de comprimento, dentro da ilha de São Luís, bem no interior mesmo da ilha.

Quando nós pegamos os dados do Francisco das Chagas e fizemos a mesma coisa - consideramos onde ele morava, onde ele trabalhava, onde ele se socializava, pegamos tudo o que era referente a ele e jogamos dentro da ilha de São Luís -, deu a mesma região. Havia uma criança que morava em uma invasão e morreu. Naquele ano, naquela época, Chagas tinha invadido também aquela região, no período em que havia muitas invasões de área pública em São Luís. Ele tinha um lote lá naquela época, naquele mesmo mês. Foi só mais um fato. Jogamos isso em cima. Pronto. E há outros detalhes também.

Precisávamos, porém, de uma coisa para poder interrogá-lo. Nós não tínhamos ainda nada que pudéssemos apresentar para ele e dizer: *Foi você ou não?* Aí, nisso, batalhamos, até que um dia nós encontramos - esta parte eu vou pular, porque não vai dar para falar aqui -, enterrados dentro da residência dele, dois corpos. Nesse mesmo dia, nós passamos a interrogá-lo.

Há outro detalhe. No Judiciário, no interrogatório padrão, o juiz pergunta ao acusado: *Você está sendo acusado de ter praticado crime contra Fulano. Você concorda? Você discorda?* Isso ocorre em depoimento típico de Judiciário. A Polícia, nesse tipo de investigação, não pode fazer isso. Em nenhum momento eu poderia chegar para o Francisco das Chagas e perguntar a ele se ele havia matado o Jonathan - ou o Elson. Não. Nesse caso, eu estaria colocando palavras na boca dele. Ele é que teria que me dizer, sem que eu desse o nome. E como eu ia fazer isso? Então, eu tive que aprender. Nós estamos condicionados a uma determinada investigação, mas eu tinha que mudar, tirar uns vícios antigos de investigação e aprender novas fórmulas. E assim eu fiz.

Quando nós encontramos os corpos na casa dele - ele foi interrogado imediatamente, no mesmo dia, sobre esses corpos -, ele admitiu. Lógico, estavam dentro da casa. Ele não teve como negar. Nós filmamos todos os interrogatórios do Francisco das Chagas, inclusive as confissões dos crimes de Altamira. Estão gravados em DVD. O Ministério Público do Maranhão tem todos esses áudios. Não foram colocados nos inquéritos, mas foram dados a quem é o titular da ação penal, porque poderíamos ser questionados posteriormente.

O bom investigador sabe que eu não vou dar provas para a defesa. A defesa não precisava saber que eu tinha aquilo. Um dia, ela poderia fazer um questionamento, e eu ia desmascarar a defesa, como foi feito quando ele foi instruído para negar no júri, e depois o promotor apresentou a gravação dele, em que tomava café, ria, confessava os crimes. Então, ele não podia alegar que foi torturado - é comum, é de praxe dizer que a Polícia tortura.

Quando ele confessou esses crimes, nós já tínhamos outras provas, foi encontrada na casa dele uma baladeira. A família da vítima a identificou. Ele chegou ao ponto de dizer que ia confessar os crimes que ele já tinha cometido. A partir daí, ele começou a confessar. Essa forma de confissão dele, ele a usou no Maranhão e, posteriormente, no Pará. Ele descrevia o crime. Como ele o descrevia? Eu o orientava: *Em que ano foi?* Ele dizia: *1992.* Eu: *Na época da chuva ou na época da seca?* Ele: *Na época da seca.* Ah, sim. Então, foi no segundo semestre. No Maranhão, de julho para frente não chove. Ele: *É, foi.* *Foi mais próximo do Natal ou mais próximo da Semana Santa?* Ele: *Não, foi mais próximo da Semana Santa.* Ah, tudo bem. Onde foi? E ele ia dizendo o local na região, o bairro. *Como foi que você encontrou essa criança?* Ah, ela vinha com uma caixa de isopor, estava vendendo suquinho. Certo. Usava que roupa? Ah, ele usava um calção vermelho. Certo. O tamanho dele? Tinha algum sinal, alguma coisa? O que essa criança falou para você? Disse alguma coisa? O nome da mãe, do pai, o que ia fazer? E por aí foi.

Depois que ele descrevia todo o crime, se ele não falava de emasculação, eu não perguntava. *O que você fez?* *Eu só esganei ele e joguei no chão.* Esse menino foi emasculado, mas eu não ia perguntar. Não era a hora. Deixei ele falar o que ele queria. Essa foi a técnica. Ele foi falando. Depois que ele falava, parava o interrogatório. *Agora coloca ele no carro.* Saíamos no carro, e eles diziam: *Vai, vai guiando a gente, leve a gente até o local.* Ele saía e ia levando a gente para o local, levava a gente para o local certinho onde o corpo foi encontrado, segundo o laudo de exame cadavérico. Pronto. Íamos ver então de quem ele estava falando. Eu tinha os inquéritos de todos. *Ele está falando desta criança aqui. Bate alguma coisa? Bate.* Quando acabaram os inquéritos, ele continuou confessando. Tivemos um problema. Ele contou uma história, e eu não sabia de quem era. Fomos consultar aquele cadastro de meninos desaparecidos que nós tínhamos. Encontramos, sim. Mas, no caso desse cadastro de meninos desaparecidos, eu já tinha ouvido a família, contaram como foi. Alguns, sim; outros, não, porque eram muitos. *Vamos então atrás da família.* A família fala sobre as características da criança, que eram idênticas às do caso do Chagas. Eu me recordo de que determinada criança que ele declarou que havia matado - nós não tínhamos essa relação - era meio doidinha, não batia bem da cabeça. Ele dizia que ela era débil mental, mais ou menos assim.

No caso de uma vítima desaparecida, a família disse: *Realmente, o menino tinha um problema mental.* Ele tinha dificuldade para falar. Essas coisas nós não sabíamos. Quem sabia era só ele e a família da vítima. Quanto a esse garoto desaparecido, não tinha sido instaurado inquérito em nenhuma delegacia, ninguém da família tinha sido ouvido. Eu só ouvi isso depois que o Chagas confessou.

Assim foi até com os casos de Altamira. Quando ele foi a Altamira, levado pela Polícia Federal, ele levou a equipe a cada lugar onde ele alegou que teria matado uma criança em Altamira. Isso, praticamente 10 anos depois de ele ter saído de Altamira. Ele ainda disse: *Não, mas aqui está diferente, não era assim. Agora existe um pasto aqui. Era só mato. Eles derrubaram tudo e fizeram um pasto. Mas é perto dali. Olhe, é por aqui. Aqui passava um riacho. Está lá.*

Tudo isso ele fez em Altamira. Da mesma forma que ele fez em São Luís, ele demonstrou, em Altamira, todos os lugares onde foi encontrado um corpo. Ele também declarou mortes em Altamira de que a Polícia não sabia. Isso também ele fez lá. Foi então utilizada a mesma técnica: procurar pelos desaparecidos antigos de Altamira que não tinham sido investigados, em razão do local mencionado por ele. Considerando-se o local onde ele encontrou a criança e o lugar onde deixou o corpo, foi possível identificar quem seria essa criança, apesar de não ter sido encontrado o corpo em Altamira.

Eu poderia falar sobre muitas outras coisas. Esse é só um resumo. Eu acho que agora eu poderia tirar dúvidas, responder a algumas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Vamos deixar as perguntas para depois.

Quero passar a palavra, com a permissão dos Deputados, à Dra. Damares, uma pessoa que tem procurado esclarecer esses fatos aqui, com a ajuda de todos nós. Tem trabalhado nesse sentido. É uma incansável lutadora em defesa dos direitos humanos.

**A SRA. DAMARES ALVES** - Obrigada, Deputado. É uma surpresa. Eu conheço a história e o caso desde 1999, quando o Dr. Césio veio depor pela primeira vez nesta Comissão. Então, Deputado Marco Feliciano, esta Comissão acompanha esse caso desde o ano de 1999, quando o Dr. Césio veio e trouxe provas de sua inocência, e nada foi feito por esta Comissão.

Depois, em 2004, de novo, eu, assessorando Parlamentares nesta Comissão, acompanhei também as audiências públicas em que eu tive o prazer de ver o Dr. João Diniz e mais outro grupo de autoridades do Maranhão, provando com eslaides, com provas documentais, a autoria dos crimes de

Francisco Chagas. E novamente, em 2004, esta Comissão se omitiu.

Em 2004, autoridades do Maranhão diziam que havia erros no Pará. As autoridades do Pará não vieram à audiência, a esta Comissão, como não vieram hoje de novo. Eu lamento. Eu vi o requerimento, eles também foram convidados, e não vieram. Eu entendo que é muito difícil para autoridades do Pará admitirem que erraram, e erraram feio.

Na monografia da Dra. Ilana, há relatórios - eu não sei como ela os conseguiu, parabéns a ela pelo trabalho -, em que há autoridade do Pará admitindo, o que é raro, que Francisco das Chagas é o culpado. Essa autoridade não vem de novo a esta Comissão para falar.

Lamento, em 2004, de novo, esta Comissão silenciou-se - a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados! -, sabendo que havia quatro pessoas inocentes condenadas, uma muito doente, um menino, o mais jovem dos que foram condenados. Foi acusado porque, acredito, na época, tinha trejeitos. Ali havia uma questão de homofobia, e esta Comissão sabia disso. Esse menino sofreu grandemente na cadeia. Nós temos o relato do pai dele, que não está aqui, de que esse menino, em uma das sessões de tortura - nós não podemos nos esquecer de que essas pessoas foram torturadas -, teve uma pilha introduzida no ânus e as mãos amarradas. Ficou por 2 dias com a pilha introduzida no ânus. Essa pilha estourou no estômago dele, e esse menino quase morreu. Depois contraiu AIDS, e morreu, por AIDS, foragido. A família chora a morte desse menino.

Um jovem que tinha um futuro brilhante morreu, inocente, acusado, foragido, e os pais não se conformam. Depois vimos esta Comissão se omitir diante desse fato. Esse fato foi mencionado aqui. E novamente vemos o silêncio de uma Comissão que teve acesso a tudo isso.

A Dra. Ilana disse que Francisco das Chagas não falou apenas para os policiais. Nós sabemos que, na CPI da Pedofilia do Senado, ele confessou. Estamos aguardando o Senador Magno Malta, que vai dizer isso aqui. O Senador tomou o depoimento do Francisco das Chagas, que confessou todos os crimes. Então, há a confissão dele no Judiciário, na Polícia, na CPI da Pedofilia. Foi distribuída agora uma matéria. Ele falou para a imprensa, falou para todo o mundo. A gente não entende o porquê de tanta omissão.

Confesso que, numa audiência, Dr. Diniz, aqui, as autoridades do Maranhão disseram que foram trazidas para o Ministério da Justiça, numa certa época, para aprenderem a investigar esses casos. Causou-nos perplexidade as autoridades do Maranhão terem que ser trazidas para o Ministério da Justiça para aprenderem, com uma ONG, como conduzirem esse caso. Naquele momento, levantou-se uma questão séria, que até hoje não foi esclarecida, a de que havia ONGs por trás dessa história toda, ONGs querendo que se mantivessem condenadas as pessoas no Pará. Essa é uma denúncia que eu trago. Talvez eu esteja pegando os Parlamentares de surpresa. Que ONGs eram essas?

**A SRA. ILANA CASOY** - Posso falar só uma coisa?

**A SRA. DAMARES ALVES** - Sim, doutora.

**A SRA. ILANA CASOY** - Se eu posso acrescentar algo sobre as pessoas que clamaram tanto pela condenação, é muito difícil voltar atrás, doutora. Por que agora essas pessoas, as encarnações do bem que fizeram todo um circo para não se reparar esse erro, fazem isso? Porque, se elas admitirem agora que erraram, elas serão tão más quanto qualquer outra pessoa que estragou a vida de inocentes - nesse caso, eles são inocentes. E clamaram mesmo! Então, fica muito difícil voltar atrás. Muita gente clama pela continuação do estado em que estão as coisas para não ter de se confrontar com o próprio erro que cometeu.

**A SRA. DAMARES ALVES** - Então, doutora, eu acho que há razão em uma tese que se levanta, a de que houve muita grana envolvida nessa história. Quando a gente observa as manifestações populares em Altamira e Belém, quem estava patrocinando tudo aquilo... Acho que tudo isso tem que ser levantado por esta Comissão. E trago a informação de que, em 2004, eu estive, com Parlamentares, com o então Ministro da Justiça. O advogado da Valentina disse ao Ministro que havia ONGs ganhando dinheiro com isso. Foi uma reunião reservada, e eu estava lá. O Ministro recebeu a informação, e a gente não viu nenhuma providência. O pai de uma das vítimas estava nessa reunião. Dois Parlamentares e eu o estávamos acompanhando. Então, também há outro lado nessa história que não estamos entendendo. Alguém pode ter ganhado muito dinheiro com isso. Eu posso estar sendo exagerada ao dizer que também há interesses políticos nessa história. Alguém pode ter-se beneficiado politicamente com essa história. Só que, se alguém chegou ao poder em cima dessa história, isso também tem que ser desmascarado. Dois já morreram. Dois não vão morrer para que pessoas se mantenham no poder.

Obrigada. Eu não esperava esta oportunidade.

Se o Dr. João Diniz, no momento em que for responder às perguntas, puder confirmar se houve realmente essa reunião... Parece-me que, na audiência pública, nós temos imagem. Uma das autoridades que estava na Mesa dirigiu-se a alguém que estava no auditório e disse: *Essa pessoa esteve no Ministério da Justiça nos orientando a como proceder com a investigação*. Se houve realmente essa reunião no Ministério da Justiça, se o Ministério se envolveu para conduzir a investigação da forma como o Ministério queria, se o senhor tem essa impressão, essa é a indagação que eu posso deixar aqui.

Agradeço a oportunidade.

Desde 1999 conheço essa história, porque eu queria acompanhar a apuração da violência contra crianças. Faço um trabalho de defesa das crianças no Brasil há muitos anos. Eu me envolvi nessa história pelas crianças e, à medida que fui acompanhando as investigações, fui vendo que as famílias das crianças estavam sendo enganadas. As famílias que choravam a morte das crianças estavam sendo manipuladas também e enganadas.

Eu agradeço a oportunidade, Deputado, e parabeno esta Comissão pela coragem de tocar no assunto. E desafio o Deputado Marco Feliciano e os demais membros desta Comissão a não se silenciarem, como em 2004 esta Comissão se silenciou, diante da evidência, da prova de que inocentes estavam na cadeia. Duas mortes já ocorreram por causa da omissão desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Quería pedir à Dra. Ilana Casoy que providenciasse...

**A SRA. ILANA CASOY** - Eu queria apresentar algo aos senhores. Se ficamos apenas falando das vítimas, parece que é uma coisa que não existe de verdade. Eu queria apresentar fotos das vítimas, algumas que eu tenho.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Esses são alguns dos meninos que eu homenageio aqui, porque eles tinham cara, nome, pai, mãe, tinham uma vida pela frente. Assim, os senhores podem dar rosto a alguns desses meninos. Há também a foto do Césio, juntamente com o Chagas. Vamos mostrar as fotos, e eu vou pedir que deixem as fotos das vítimas no telão.

Isso é só para os senhores terem uma ideia. É claro que o Chagas está bem mais gordo que o Césio aqui, mas eles são muito parecidos. Os dois têm mais ou menos a mesma idade.

Nós nos demos conta disso casualmente. Essa montagem é minha. O Dr. Diniz foi ao julgamento e... Por isso, a testemunha dizia: *É uma infelicidade também*. Um erro foi cometido.

**O SR. JOÃO CARLOS AMORIM DINIZ** - No julgamento do Césio, houve uma testemunha, um senhor idoso, que o reconheceu como sendo uma pessoa que saiu do mato, próximo ao local onde foi encontrada uma vítima, com uma faca na mão. Esse senhor deveria ter, eu creio, na época, em 2003, mais de 80 anos.

Eu fui aos júris de 2003, e o Chagas nem existia naquela época da investigação. Lógico, depois que já estávamos investigando o Chagas e tal, percebemos que o Chagas... O Chagas já tinha 40 anos, mais ou menos, na época em que ele foi preso. O Césio, naquela época, eu creio, tinha quase a mesma idade e o mesmo porte físico. Eles são semelhantes. Eles não são muito semelhantes?

No Maranhão foi feito o retrato falado de uma pessoa que foi vista numa praça bem ao lado de onde foi encontrada uma vítima do Francisco, vítima emasculada no ano de 2002. Esse retrato falado foi feito pela Polícia Federal. Isso foi no dia anterior ao sumiço da criança. O rapaz passou a tarde inteira na frente de um colégio, ao lado da casa abandonada onde foi encontrado o corpo.

E esse retrato falado nós pegamos depois na Polícia Federal, no início da investigação. Quando eu falo início da investigação, não é a investigação do Chagas, é o início da investigação dos emasculados. O Chagas só foi aparecer 6 meses depois que eu comecei na investigação, e nós tínhamos esse retrato falado lá. Quando o Chagas foi investigado e tal - porque essas coisas ficam ali, você não está vendo todo dia, acaba esquecendo -, a gente já estava investigando, já tinha resolvido, ele já estava preso e indiciado pela morte do Jônatas, no que a gente abre o nosso material, lá está o retrato falado da Polícia Federal. Aí, a gente... Ela vai colocar? Achou? *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Nós queremos... Fique tranquilo. Calma, porque não vai...

Nós passamos a palavra à esposa do Dr. Anísio Ferreira de Souza, Sra. Lucimar Ferreira Lima de Souza.

**A SRA. LUCIMAR FERREIRA LIMA DE SOUZA** - Bom, gente, desde o ano de 1993, a única coisa que eu sei é que eu estou sofrendo e que nós estamos vivendo uma vida de humilhação junto com os nossos filhos.

A primeira vez em que ele foi preso foi julho de 1993. Daí para cá, a nossa vida ficou assim: é só humilhação, sofrimento. Nós temos quatro filhos. Os senhores sabem que o sonho de um pai é formar os filhos. Desses quatro filhos, nós lutamos, eles estudaram, morando em república, em casa de estudante - quem conhece sabe como é casa de estudante -, mas conseguimos formar dois filhos. Esses dois filhos estão formados, e ele não teve o prazer de assistir à festa deles, porque estava atrás das grades, entendeu, o tempo todinho.

Hoje eu moro no Maranhão. Minha vida está sendo dividida: eu passo 15 dias em Belém e 2 meses no Maranhão, entendeu? Chegando lá, eu fico só olhando para ele, não posso fazer nada, porque eu chego lá e encontro ele desesperado. Hoje ele tem 72 anos. Já sofreu três AVCs. Ele não está nem com 20% da visão. O que está segurando ele na cadeia, esse tempo todinho, é ler, porque ele gosta de ler, mas nem isso. Agora mesmo, faz 15 dias, eu estive com ele e com o Dr. Césio. Ele me entregou: *Lucimar, leva. Leva esses livros, porque eu não tenho mais condições de ler, eu não enxergo mais nada*, entendeu? E está lá, sentadinho; quietinho. Para andar, ele está andando com uma muleta, uma bengala, porque não tem condições. Se ele for andar solto, ele cai, entendeu? Doente. E eu fico só olhando para ele sem poder fazer nada.

Então, o que eu espero dos senhores é que seja feita justiça. Pelo amor de Deus, socorram-me, porque eu não sei mais o que fazer! Não temos condições de ficar nessa situação. Os nossos filhos ficam o tempo todinho... Eles trabalham e estudam. Ficam de segunda a sexta no trabalho, sábado e domingo ficam em porta de presídio. Quem já visitou presídio sabe o que é um presídio, a humilhação. Eu, na idade em que estou, passando pela humilhação de chegar no presídio. Quem já esteve num presídio sabe como é para entrar; para eu chegar até ele, entendeu, a humilhação. E, passo, visito num final de semana; aí fico uma semana aguardando para visitar no outro final de semana. E ele perguntou? *E aí, o que vai acontecer?* Eu disse: *Não sei. Eu não posso fazer nada. Vamos esperar. Vamos esperar de Deus, porque eu não posso fazer nada. Porque são 20 anos, 20 anos de sofrimento. Nossos filhos cresceram vendo tudo isto, este sofrimento: é vendo o pai algemado, é vendo o pai preso, atrás das grades, entendeu? E quem sofre a humilhação, a discriminação não é só o preso; a família do preso sofre junto. Meus filhos sofrem muito. Eles chegaram a discutir nas escolas, porque diziam: Olha, esse aí é o filho do monstro. O pai dele é criminoso. O pai dele matou crianças.* Imaginem a cabeça de uma criança que está ouvindo isso. Mas eu sempre conversava com eles e explicava: *Meu filho, você sabe, você conhece o seu pai. Você sabe que o seu pai é inocente.* E eles cresceram lutando comigo.

Hoje eu tenho dois filhos formados. Mas o maior desgosto do pai, além de tudo isso, é ele não ter podido assistir à formatura dos filhos, porque ele estava atrás das grades, na formatura. E hoje moram dois em Belém. Esses filhos ficam lá, porque eu não posso ficar direto em Belém. Eu não tenho como sobreviver em Belém. E eles ficam dividindo os finais de semana: um final de semana vai uma, no outro final de semana vai outro passar o dia com o pai, porque, se ele ficar sem a visita, eu acho que ele entra em depressão, em desespero, e vai ser bem pior.

O que eu espero dos senhores é que... A vida profissional dele, essa acabou. Acabaram com a vida profissional dele. Mas eu quero, pelo menos, que ele termine os dias dele em casa, com a família, porque, se demorar muito, ele não vai aguentar, porque, a gente vê, ele está muito debilitado. Eu não sei se a Dra. Ilana o visitou nesses últimos anos.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. LUCIMAR FERREIRA LIMA DE SOUZA** - Mas está bem diferente, pior ainda. Ele chega sempre... Para ele andar lá dentro - eu chego lá, eu vou visitá-lo -, para ele ir ao banheiro, eu pego no braço dele e o levo até o banheiro, porque ele não tem condições de ir só. Aí fica a semana todinha passando por um monte de humilhações. Está precisando ir ao médico, não tem como. Ele tem que fazer uma cirurgia. Como é que vai fazer uma cirurgia e ficar dentro de uma prisão? É muito difícil. Aí fica uma situação difícil, como a irmã dele falou, até para visitar. É difícil, é muito difícil. E o pior de tudo, o pior de todos os sofrimentos é a humilhação. Só quem visita um preso sabe, para você chegar até a pessoa, o que você passa, entendeu? É muito difícil. *(Suspiro.)* Desculpem-me.

Quando ele soube da audiência, ele me pediu: *Lucimar, eu te peço, pelo amor de Deus, socorra-me, porque eu não tenho mais o que fazer. Eu vou tentar, qualquer dia você vai chegar aqui e vai me encontrar morto.* Às vezes, em casa, quando o telefone toca, eu me assusto, eu fico com medo de atender, porque eu já penso: meu Deus, o que será que aconteceu? E o pior de tudo: o que eles comentam lá dentro é rebelião. Só comentam rebelião, rebelião. E eu tenho medo, porque o comentário que há é que vai haver rebelião agora no final do ano. E eu tenho medo porque vai ser muito fácil: é uma rebelião, os dois morrem. Aí pronto: acabam com a história, entendeu?

O Dr. Césio, sempre que eu vou a Belém, converso com ele. Ele, hoje, está hipertenso. É o tempo todinho. Ele disse: *Dona Lucimar, a minha vida, eu fico assim, qualquer coisa que eu sinto...* A pressão dele vai lá em cima, entendeu? O Anísio é hipertenso, é diabético, e agora está praticamente cego. Da visão dele, eu acho que nem 20% ele tem da visão dele.

Então, está uma situação que, se esta Casa não tiver... se não prestar socorro àqueles dois, eles vão morrer lá dentro, porque não adianta. Conversa-se com um, diz: *Ah, nós sabemos que eles são inocentes, mas não podemos fazer nada.* E aí? É difícil, porque não existe mais... Vinte anos de sofrimento e de gastos, a família não tem mais condições de custear advogado. Quando encontra um anjo da guarda que chega, ajuda, entra com recurso, aí esse recurso com que o advogado entra fica 1 ano, 2 anos, 3 anos parado. Fica parado. Um advogado de Manaus amigo da família entrou com recurso. Esse recurso ficou 2 ou 3 anos lá.

**A SRA. ILANA CASOY** - A revisão criminal do Dr. Roberto Lauria é datada de 18 de dezembro de 2012.

**A SRA. LUCIMAR FERREIRA LIMA DE SOUZA** - Olha aí, estão vendo? Fica assim. Por isso é que ele diz: *Eu estou aqui doente, não adianta. Eu vou*

*fazer o quê?* Outro dia, ele estava com problema de dente. Eu fui e paguei a consulta, deixei lá, fiz toda aquela burocracia que eles pedem para deixar. Aí disse: *Quando é que ele vai?* Disseram: *Não, não sei.* Esperei 1 mês, 2 meses. Com 3 meses, depois que a minha filha foi lá e conversou com o diretor e, sabe, fez aquela briga toda, foi que levaram ele. Aí disseram: *Não, é transporte. Então, a gente consegue o transporte. Não, mas a senhora, como esposa dele, não pode saber o dia em que ele vai sair aqui de dentro.* E aí? Aí ele diz: *Eu prefiro ficar morrendo aqui dentro. Vou fazer o quê? Vou ficar gritando para ir a um posto de saúde? Chegando lá, não adianta: vai, toma a medicação, volta, e continua na mesma.*

Então, se não houver um socorro para eles, eles vão morrer, os dois, lá dentro.

Meu esposo ainda tem os filhos que moram lá. O Dr. Césio está lá, não tem parente. Que eu saiba, ele não tem parente lá. Já imaginou uma pessoa ficar semanas e semanas sem ver os filhos, a esposa, os irmãos, sem ter nem notícia. Às vezes, eu é que levo notícias para ele, lá. Agora mesmo, quando eu falei, ele mandou uma carta. Só que a carta chegou atrasada.

Então, é um desespero. Os meus filhos vivem um desespero. Eu tenho uma filha que trabalha à noite, chega em casa às 8 horas, chega em casa correndo e vai fazer almoço para ir passar o final de semana com ele. E ainda correndo risco, porque eu já fui... As visitas que eu faço a ele... Parece-me que foi logo depois do julgamento que eu fui assaltada, em casa, por pessoa mandada por preso lá de dentro. O meu filho e eu ficamos dentro do apartamento dele, lá na Casa do Estudante, com a boca e os braços amarrados - os braços para trás; fiquei amarrada, e eles levaram tudo o que os meninos tinham lá - o meu filho tinha um computador, para fazer trabalhos para se manter na faculdade. E ficamos amarrados lá dentro. Depois, eu fiquei sabendo que foi lá de dentro que acompanharam o meu filho e descobriram a República dos Estudantes, onde ele estava morando, e foram assaltar. Agora, assaltar o quê, numa casa de estudante?

Então, é essa a situação. E eu não sei mais para quem apelar, se não for para os senhores, para que ajudem a resolver esse caso. Porque está difícil, porque do Pará, não adianta, eu não tenho esperança em que a liberdade dele saia lá do Pará.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Vamos passar a palavra à Sra. Selene Flávia Caldas Brandão, irmã do Dr. Césio Caldas Brandão.

**A SRA. SELENE FLÁVIA CALDAS BRANDÃO** - Boa tarde a todos.

Sou irmã de Césio. Nós somos uma família de três irmãos médicos. A outra irmã se encontra ali. E nós somos uma família cristã. Crescemos... Na nossa infância, fomos criados na Igreja Presbiteriana de Vitória, Espírito Santo, e cantávamos em coral. Quer dizer, passamos a nossa juventude toda frequentando a Igreja. Somos pessoas de bem, cumpridoras dos nossos deveres.

A nossa mãe adoeceu gravemente e veio a falecer em fevereiro de 2000, em decorrência de todo esse sofrimento que a família tem passado. E ela não viu a luz no fim do túnel. O nosso pai está com 87 anos, é também doente, não tem condições de visitar o filho.

Eu estive lá. Então, como a Lucimar falou e a irmã do Dr. Anísio, acho que todo mundo tinha que entrar numa penitenciária para ver como que é humilhante o jeito com que somos tratados. Toda aquela revista, aquilo tudo é penoso demais. E eu cheguei lá e vi meu irmão em condições subumanas: a cela tem condições para 13 camas de concreto, mas tinha 23 - não sei agora -, e os outros dez dormiam empoleirados. Eu nunca vi isso! Fazem um x, assim, e botam o colchão em cima. Quando ele foi para lá, nem colchão ele tinha, ele dormiu no chão. Aí o filho dele reclamou, e conseguiram um colchão. Ele dorme em cima.

Então, é horrível essa situação toda. Meu pai, como eu falei, não tem condição de visitar o filho, nem no parlatório. Como é que o meu pai, um senhor de 87 anos, vai lá para falar 10 minutos com o filho?

Meu irmão nunca... Todas as vezes em que ele foi preso, nunca ofereceu resistência, sempre teve endereço certo. Na última vez, foram à casa dele e falaram que ele estava foragido, e ele trabalhando no Hospital das Clínicas, trabalhando em Carapina, em todos os lugares. Ele foi tranquilo, nunca ofereceu resistência. E ele é cumpridor do juramento dele. Acho que ele é incapaz de fugir do juramento médico. E, se ele fosse culpado, é claro, já teria fugido - quem sabe? - até do País. Mas, não. Sempre esteve ali, esperando a justiça: de Deus, em primeiro lugar, e a dos homens. Mas já se passaram 20 anos, e desse jeito que está.

Quer dizer, eu asseguro a inocência do meu irmão. Ele é um rapaz bom, não é um *serial killer*. (*Choro.*) E eu apelo à Comissão de Direitos Humanos e ao Conselho Nacional de Justiça para que ele, enquanto cidadão, tenha o direito assegurado pela Constituição, para que se faça uso desse direito, para que seja preservado isso, para que se faça justiça. Porque ele está cerceado da vida dele em família e profissional, de ter uma vida digna. E eu peço justiça, em nome de toda a família.

Os filhos dele sofreram depressão, a família está toda desestruturada. Os meninos cresceram vendo e ouvindo... Saíram manchetes no jornal, saiu no *SBT Repórter*... Do que eu tinha medo era que saísse no Programa *Linha Direta*, porque eu acho que não ia aguentar, não. É horrível ver o meu irmão no *SBT*, num programa que passa na sexta-feira, à noite. É uma dor muito grande, gente.

Eu peço justiça, porque nós somos cristãos. E eu peço, em nome de Jesus, que se faça justiça, em nome de toda a família.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Vamos passar a palavra ao Deputado Pastor Marco Feliciano.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, nobre Deputado Lourival Mendes, Sras. e Srs. Parlamentares, debatedores, ou melhor, expositores do assunto, boa tarde.

Quero de antemão parabenizar o Deputado Lourival por trazer este assunto à Comissão de Direitos Humanos e apenas fazer uma ressalva. Que pena que isso não veio para nós bem antes. Se tivesse vindo logo no começo do nosso mandato aqui, esta Comissão, acredito, teria feito o possível e o impossível para pelo menos amenizar a dor da família, na questão dessas injustiças que aqui foram colocadas.

Eu tenho um pequeno resumo aqui, já feito pela Dra. Damares. No ano de 1999, esta Comissão de Direitos Humanos ouviu aqui o pronunciamento do Dr. Césio Brandão. Já naquela oportunidade a Comissão poderia ter feito algo. Em 2004, esta Comissão fez uma audiência pública com autoridades do Pará e do Maranhão, viu evidências de inocência, como nós estamos vendo aqui, hoje, e poderia ter feito alguma coisa, mas também não fez. Em 2013, o assunto volta à Comissão de Direitos Humanos - e estamos ao vivo, parece-me pela Internet, o Brasil todo nos assistindo -, e isso é um assunto, de fato, de direitos humanos. Poderia ter feito um milhão de coisas, mas não foram feitas.

Eu queria dizer à família que a esta Comissão não cabe investigar, não cabe acusar. Nós ouvimos aqui as denúncias e nós vamos tentar fazer alguma coisa. O primeiro ato nosso é este: eu já tenho aqui em mão um ofício, já conhecendo o assunto, e eu quero ler o ofício. Esse ofício será encaminhado a S.Exa. o Sr. Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do Conselho Nacional de Justiça. O assunto é apuração do julgamento do caso das crianças de Altamira:

*Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a colaboração no sentido de apurar a possibilidade do erro cometido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará no julgamento do emblemático e conhecido caso das crianças de Altamira. Acrescento que tal solicitação decorre da aprovação, no plenário da Comissão, do Requerimento nº 83 (cópia anexa), de autoria do Deputado Lourival Mendes, na reunião ordinária do dia 30 de outubro de 2013.*

Então, o primeiro ato desta Comissão, Sr. Presidente, neste momento, é este: já estamos deliberando aqui um documento que vai ser entregue em mão ao Ministro Joaquim Barbosa, que é um homem de bem, é um homem de família - e acredito que haverá repercussão desta audiência pública -, para

que o Ministro possa, embora saibamos dos seus muitos afazeres, da sua agenda complicadíssima, ou que os seus assessores possam dar vida a este requerimento.

E não apenas isso. Eu queria sugerir também ao Plenário desta Comissão - eu não sou jurista, não conheço muito bem as leis - que faça uma pressão política também em relação ao Ministro da Justiça, para que algo seja feito. Algo tem que ser feito.

Eu estou sensibilizado e ao mesmo tempo estou irado, porque sou um simples leigo no assunto, mas a meia dúzia de palavras que eu ouvi e mais as fotos que eu vi deixam nítido que houve um erro no julgamento. Agora, por que não dar o direito da revisão do processo penal? Qual é a dificuldade? Vão esperar essas pessoas morrerem? É impossível! Não dá para acreditar nisso, neste nosso País!

A situação dos presos no nosso País já é caótica. O Ministro da Justiça mesmo deu um depoimento, em âmbito nacional, dizendo que, se fosse para ele ser preso, ele preferiria morrer. Então, que a voz da Comissão de Direitos Humanos ecoe no Ministério da Justiça.

Pagar por um crime, quando se deve, já não é fácil, mas pagar por um crime, quando não se deve, através da injustiça, é infinitamente mais torturante. E eu conheço o processo da injustiça, e eu sei o que é ser injustiçado e ter a família toda envolvida, porque, aqui na Comissão de Direitos Humanos, nós passamos por isso nesses últimos meses. A minha mãe, uma senhora de 60 anos de idade, foi humilhada publicamente, simplesmente porque a mídia sensacionalista - e as pessoas, logo que alguma coisa aparece, querem um bode expiatório -, depois de vender os seus jornais, de vender as suas matérias, vão embora e abandonam, simplesmente. E a dor fica no seio da família.

Então, eu quero mais uma vez parabenizar V.Exa., Deputado Lourival, por esse pleito. E eu queria que V.Exa., ao sair daqui, já saísse com alguns encaminhamentos. O primeiro deles, além desses documentos aqui, seria uma visita ao presídio de Belém do Pará, onde estão os dois presos. O que for possível. Vou pedir à Assessoria Técnica, à Assessoria da Comissão de Direitos Humanos, providencie e veja o que é possível, o que é necessário ser feito, e nós vamos fazer, nestes últimos dias que restam, porque a Comissão, agora no dia 20 de dezembro, entra em recesso, e no ano que vem já muda a diretoria da Comissão. Mas, independente disso, os Parlamentares que aqui estão - acredito que o Deputado Henrique também está, como eu, sensibilizado - vamos nos juntar para tentar dar voz, para que a justiça seja feita.

Eu acredito em Deus. Acredito que Deus é justo. Seus olhos estão sobre o Césio e sobre o Dr. Anísio.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Eu queria agradecer a participação do Deputado Pastor Marco Feliciano e parabenizá-lo pela iniciativa. Eu subscreverei o requerimento de S.Exa., e convido a todos os Deputados para subscrevê-lo, para tomarem essa posição de visita ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, como sendo da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal do Brasil, porque esta é uma situação inusitada.

Eu diria ao Deputado Pastor Marco Feliciano, como conhecedor maior do que eu, que há tempo para tudo debaixo dos céus. Talvez tenha chegado o momento de esta Comissão... Nós não sabemos nada, mas Deus sabe de todas as coisas. Por que somente esta Comissão, sob a presidência de V.Exa., conduzida por todos nós, tem a missão específica de estar à frente de um trabalho que eu considero o mais relevante desta Comissão, porque talvez nós estejamos diante do maior erro judiciário ocorrido no Brasil.

É tarde, mas ainda há tempo. Os olhos de Deus não estão só sobre eles, os que estão encarcerados, mas sobre aqueles que os conduziram para lá, que podem fazer a justiça e que não estão fazendo.

Eu queria passar a palavra ao Deputado Henrique Afonso.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também cumprimentar a Sra. Lucimar e a Sra. Ilana - erreí o seu nome e lhe peço perdão -, o Deputado Lourival Mendes, autor do requerimento, o Sr. João Carlos Diniz e a Sra. Selene Flávia.

Quero trazer os meus cumprimentos e dizer que eu faço minhas as palavras do Deputado Pastor Marco Feliciano.

O que vocês colocaram aqui nesta tarde é muito forte, é muito consistente. Pelo que ouvi, consta no relatório do inquérito da Polícia Civil - parece-me que isso foi colocado -, consta no relatório da Polícia Federal. Hoje consta em teses. Pelo acréscimo da Dra. Damares, a CPI da Pedofilia também fez um trabalho em que afirma que esse cidadão Francisco das Chagas é o autor desses crimes.

Depois de ouvirmos com tanta precisão e com tantos detalhes o que nós ouvimos aqui, a respeito desses crimes, como entender o fato de que essas pessoas hoje continuam cumprindo pena? São relatórios muito consistentes.

Como disse o Deputado Pastor Marco Feliciano, não cabe a nós fazer julgamento. Há duas pessoas que, parece-me, conforme relatórios, há 20 anos vêm cumprindo pena, numa condenação que, por esses relatórios, foi injusta.

O que nós temos que promover, neste momento, Deputado Lourival Mendes, realmente são ações práticas.

Eu não sei com quantos anos Anísio está hoje. Eu prestei atenção...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Setenta e dois anos.

E o Césio?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Cinquenta e seis anos.

São pessoas que já estão chegando no melhor da idade, que é a terceira idade.

Sr. Presidente, quero me reportar ao Deputado Pastor Marco Feliciano. Participei da última reunião desta Comissão de Direitos Humanos - e aqui abro um parêntese, Deputado Pastor Marco Feliciano - em que se falava do suicídio de policiais federais e de assédio moral. Em outras reuniões, estamos necessitando de ações mais práticas, de ações que deem resultados. Tanto a audiência pública passada, que tratou da questão do assédio moral e do suicídio de policiais federais, quanto esta de hoje, sobre a situação de Altamira e de São Luís do Maranhão, requerem de nós uma resposta. A sociedade brasileira, a imprensa, enfim, os Estados do Maranhão e do Pará, o Brasil como um todo - foram crimes que abalaram a Nação brasileira - espera. E hoje duas famílias estão na expectativa de ver seus parentes, no caso, Césio e Anísio, absolvidos, pois uma pessoa já confessou.

Eu não acredito que relatórios como esses, principalmente o da Dra. Ilana e o do Sr. João Diniz, que participou diretamente de todo o trabalho investigativo, um trabalho consistente, intelectual e acadêmico desse pesquisador, tragam para nós aqui informações duvidosas e inseguras. Achei muito consistentes, muito pertinentes, muito procedentes.

Então, essas iniciativas que foram hoje encaminhadas como propostas do Deputado Pastor Marco Feliciano são necessárias, ou seja, de irmos até o Ministro da Justiça. E aproveitaríamos para tratar desse assunto e também da questão da portaria interministerial, que pelo menos é uma saída, é uma alternativa para resolver o problema do suicídio dos nossos policiais federais. Em 24 meses, 13 policiais federais se suicidaram. Eu acho pertinente tratar dessas duas questões com o Ministro da Justiça.

Acho interessante também fazermos um documento até mais fundamentado para encaminhar ao Supremo Tribunal Federal, além desse que é uma proposição política. Seria um apelo ao Supremo. Por ser leigo na área - e o Sr. João Diniz pode me ajudar -, não sei se a reivindicação mais importante

hoje é a revisão do julgamento. É isso? Não sei. É claro que seria a revisão do julgamento, com a necessidade da absolvição, e o reconhecimento de que esse cidadão, por todas as evidências, de todos os relatórios, confessou os crimes, tanto em Altamira quanto em São Luís do Maranhão. Eu estava acompanhando o seu relato, principalmente sobre os meses e os anos em que ele estava em Altamira e em São Luís do Maranhão. São provas muito consistentes.

Com toda a sinceridade, eu não sei com que tipo de contra-argumentação jurídica a Justiça do Pará tem trabalhado, hoje, para manter a prisão dessas duas pessoas. Nós que estamos aqui - e não somos do Pará -, ouvindo vocês... Uma revisão desse julgamento, certamente trazendo o júri daquela época, e ouvindo-se o que ouvimos aqui, com o resultado de todos esses relatórios, dificilmente essas duas pessoas continuarão presas.

Agora, a nossa expectativa é de que haja sensibilidade por parte do Ministério da Justiça e do Supremo. A questão não é só a de ter sensibilidade, é a questão de reconhecer essas provas científicas que comprovam que Francisco das Chagas é o autor desses crimes, para que essas pessoas possam ser absolvidas. O relato que eu ouvi aqui é muito forte, é muito consistente, é extremamente sensibilizador, e há provas cabais, provas científicas muito consistentes.

O que nós esperamos é que esta Comissão de Direitos Humanos realmente dê uma resposta consistente a esta situação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Quero esclarecer que esta Comissão de Direitos Humanos aprovou um requerimento de nossa autoria, que foi encaminhado ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, que é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, por quem também temos um respeito muito grande, para que ele tome providências no sentido de agilizar...

Eu queria sugerir ao Presidente que nós fizéssemos uma visita ao Ministro Presidente do CNJ, que por sinal é Presidente do Supremo, mas que nos antecipássemos com uma reunião, *in loco*, no presídio, para conversar - logo depois de a Comissão conversar com o Ministro - com os condenados, entre aspas, tanto com o Césio quanto com o Anísio. Precisamos dar uma resposta imediata. Eu acredito que esta Comissão não ficará só com estas reuniões, que ela irá para a prática, em busca da justiça.

Vamos conversar com o Ministro da Justiça. Eu estou à disposição de V.Exa., à disposição da Comissão. Nós propusemos esta audiência pública porque tínhamos certeza da extensão e da gravidade da injustiça que o Brasil pode estar cometendo.

De forma que não é apenas uma audiência com depoimentos pessoais de familiares e de amigos. Não! O juiz que presidiu o feito, o processo, publicou um livro e declara que esse talvez seja o maior engano do País.

Nós não podemos permitir que essa situação perdure, como está acontecendo.

Passo a palavra ao Deputado Pastor Marco Feliciano.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Quero apenas que fique registrado nos Anais da Casa e nos registros desta audiência que vou pedir à Secretaria da Comissão de Direitos Humanos que providencie uma carta similar ao Ministro da Justiça e ao Procurador-Geral do Estado do Pará, nesta constando o pedido feito pelo advogado, pedindo, com toda a fineza e com toda a educação possível, para acelerar o processo de revisão penal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Deputado Marco Feliciano, que nós fôssemos levar em mãos.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Pessoalmente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Pessoalmente.

**A SRA. ILANA CASOY** - Eu queria fazer um registro, rapidíssimo.

**O SR. ADALBERTO DUARTE DA SILVA** - A senhora me dá um aparte? Só 1 minuto.

**A SRA. ILANA CASOY** - Pois não.

**O SR. ADALBERTO DUARTE DA SILVA** - Eu tenho sido vítima de erro do Judiciário em Uberlândia. Eu tenho sido vítima de promotores nazistas - a prova está aqui! - e de juízes de toga, bandidos de toga do Judiciário. Quem os chamou de promotores nazistas foi o Gilmar Mendes; quem os chamou de bandidos de toga foi Eliana Calmon, quando Presidente do Conselho Nacional.

Doutora, há 20 anos estou sendo perseguido, então formei a ADDHVEP - Associação de Defesa dos Direitos Humanos e das Vítimas de Entidades Públicas e Privadas. Encaixem esse caso. E a prova é o pedido político que tenho trazido, já faz 20 anos, a esta Casa. O pedido é o seguinte: existe, Deputado Pastor Marco Feliciano, 0800 para todo tipo de assunto, menos 0800, disque-denúncia erro Judiciário.

No dia em que vocês colocarem isso, vocês vão ter a certeza concreta de que não são os corruptos da política os piores que existem no Brasil. Os piores corruptos são do MP e do Judiciário, que transformam bandidos...

Só um minutinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Vamos encerrar, porque está fugindo ao foco da audiência pública.

**A SRA. ILANA CASOY** - Posso dar uma boa notícia ao senhor? Está sendo criada uma ONG aqui no Brasil - a gente está trazendo, ela já existe em outros países: o Projeto Inocência. Vai ser um canal justamente para que pessoas como o senhor possam acionar quando se sintam, e provem devidamente, injustiçados.

Eu acredito muito em prova científica, como falei aqui no começo. Então, Deputado, quero dizer o seguinte: fico muito honrada que o senhor acredite em mim como profissional, e o Dr. Diniz, mas, no caso deles, graças a Deus, não é uma questão de fé. É questão de ler e julgar a revisão e, se não absolver, se não quiser acreditar só por isso, mandar a novo júri, para que novos jurados, com o conhecimento desses novos fatos, possam decidir novamente o destino deles.

Às vezes, parece que todas as famílias, que todo mundo fala que são inocentes, que devemos acreditar. Não. Vamos comprovar, vamos rever o que aconteceu, porque eles se dizem inocentes e não há nenhuma prova científica que leve... E há toda a questão do Chagas.

Eu queria também lembrar - a Lucimar está até passando mal, com toda essa situação de ansiedade -, por exemplo, que o senhor perguntou: o que está falando o Ministério Público do Pará? Nada. Só fala que não, que não quer dar a revisão, que é contra a revisão; não fundamenta, apesar de eu ter lido lá em alguma cartilha que precisava fundamentar.

E o cansaço, a dor de cabeça, o mal-estar são porque - só para vocês serem informados - Anísio e Césio foram presos novamente em 2009, já depois de CPI, de comissão. Eles estavam aguardando em liberdade. Estou errada? Em vez de melhorar, levaram eles para a cadeia, para esperarem presos mesmo. Agora eles estão, realmente, cumprindo pena.

Então, o Estado do Pará não está brincando. Houve a CPI e, depois de tudo, além de não conseguirem dar um passo na direção da sua inocência, eles, que estavam em liberdade, na medida em que houve o trânsito em julgado, foram presos novamente.

Então, vamos ver. Tomara que a gente, juntos, consigamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Com a palavra a Dra. Cláudia Brandão, irmã do Dr. Césio.

**A SRA. CLÁUDIA BRANDÃO** - Boa tarde a todos. Eu quero agradecer ao Deputado Lourival Mendes por me permitir falar agora e vou procurar ser

breve. É só um testemunho.

Como minha irmã falou, nós somos protestantes e observo que há outras pessoas também que acreditam em Deus aqui. Eu sirvo a um Deus que é fiel e é imutável. Ele é o mesmo ontem, hoje e eternamente. Então, pedi a Ele um milagre. A gente sabe que milagre é aquilo que, humanamente, é impossível.

O que eu pedi a Deus? Que o verdadeiro autor dos crimes fosse identificado e que confessasse os crimes. Isso aconteceu. E Deus faz uma obra completa: ainda teve crimes depois da condenação e da prisão deles.

Então, eu creio que isso aqui é mover de Deus, é ação de Deus, e vou continuar intensificando as orações para que Deus dê sabedoria, discernimento e bom senso aos senhores para que a gente consiga ter bom termo nisso tudo.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Para suas considerações finais, passamos a palavra à Dra. Ilana Casoy.

**A SRA. ILANA CASOY** - Vou ser muito rápida. Falei bastante.

A gente está muito envolvida em vários casos de injustiça, não só nesse. Então, quem trabalha, como eu, em campo, acompanha esse e muitos outros.

Eu estou muito agradecida à Comissão de Direitos Humanos e Minorias pela oportunidade de falar sobre esse caso e de mostrar para vocês que isso faz a gente se questionar sobre quantos mais devem existir, mas é nesse que temos agora a oportunidade de abrir essa porta.

Então, agradeço a V.Exas., Deputado Marcos Feliciano, Deputado Henrique, Deputado Lourival.

Eu sei que nunca faltou vontade nas outras Comissões nem na CPIs. Não é que falta vontade, mas é muito difícil mesmo. Não estou aqui me queixando deles, muito pelo contrário, mas eu espero que as pessoas, como V.Exas. mesmos disseram - V.Exas. falaram tão bonito aqui -, mesmo que acabe o tempo de V.Exas., o mandato, que nós, pessoas, possamos nos aliar para estar na mesma comissão que funciona por todos nós, por uma sociedade inteira, para abrir esse caminho de questionar.

Eu acho que democracia é quando a gente pode, tem o direito e exerce esse direito de questionar uma coisa que, em tese, está acabando.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - A vitória está na perseverança.

Presidente, V.Exa. está cassando a minha palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Desculpe.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Bastaria a outra Comissão ter tido mais tempo e ter continuado o seu trabalho. É o que nós vamos tentar fazer aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Com a palavra o Sr. João Carlos Amorim Diniz.

**O SR. JOÃO CARLOS AMORIM DINIZ** - Se eu fosse defender alguma coisa, hoje, aqui, seria a investigação, a forma como nós investigamos, a doutrina que nós utilizamos. Isso é independente de a gente estar jogando a culpa no Chagas ou nas pessoas que estão presas.

Eu digo que a eficácia da investigação provou que é possível encontrar esse tipo de criminoso, e foi o que eu não vi na questão de Altamira. Os casos em si, as vítimas, não foram reunidos, não foram analisados. A gente investiga o fato. Qual é o fato? A morte. Daí, analisando o fato, é que a gente pode chegar ao criminoso.

Ontem, tive a curiosidade de entrar no *site* do Tribunal de Justiça do Pará, na Comarca de Altamira. Percebi que, dos inquéritos que foram feitos pela Polícia Federal no ano de 2004 e encaminhados para a Comarca de Altamira - se não me engano são nove inquéritos -, em quatro deles, o Ministério Público pediu o arquivamento. Isso se dá quando ele não quer iniciar a ação penal. O juiz, na época, em 2005, rejeitou o pedido de arquivamento e encaminhou ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, um procedimento que se faz quando o juiz não concorda em arquivar aquela investigação. O Procurador-Geral de Justiça, na época, determinou que fosse feita a denúncia.

Com isso, hoje, em Altamira, o Chagas está respondendo a duas ações penais pela morte de algumas dessas crianças de Altamira que foram emasculadas, inclusive um está vivo. Outros dois processos em que ele foi denunciado foram arquivados pela prescrição, porque a denúncia foi feita em 2012 e o crime praticado em 1989, o que dá mais de 20 anos, e ele não pode mais responder por eles. Mas estou dizendo que a Justiça do Pará, o Ministério Público do Pará está processando o Francisco das Chagas por alguns desses crimes.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte: se você estudar os fatos, pegar só o laudo cadavérico de cada vítima do Pará e a história de como é que ele saiu de casa, sumiu e desapareceu, independente de você não saber mais nada, você vai ler aquilo ali e vai dizer: aqui, foi a mesma pessoa.

Isso é o princípio da técnica. Hoje, com essa técnica aprimorada, já é possível identificar um *serial killer* no primeiro crime. Pela forma que ele comete o primeiro crime, o investigador já diz: ele vai cometer outro. Então, isso é o desenvolvimento da técnica. Se você fizer isso no Pará, você vai dizer que foi a mesma pessoa.

Se foi a mesma pessoa que cometeu esse crime, e lá no Pará, o Chagas já está respondendo, ele deveria responder por todos; por aqueles que, ao serem analisados, a gente identifique que, com certeza, foi a mesma pessoa que cometeu. Porque lá também tem casos, como teve no Maranhão, de algumas pessoas que foram colocadas por ONGs, numa lista de ONGs, como sendo emasculadas, a fim de receber pensão do Estado. Quando fiz a investigação, retirei aquelas pessoas e depois fui chamado para dar satisfação do porquê eu havia tirado.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Eu posso fazer uma pergunta para o senhor?

**O SR. JOÃO CARLOS AMORIM DINIZ** - Pode.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Quem é o menino Jonas dessas fotos aí?

**O SR. JOÃO CARLOS AMORIM DINIZ** - Não, isso aqui é do Pará. Jonas é Maranhão.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Do Pará. Jonas é do Maranhão?

**O SR. JOÃO CARLOS AMORIM DINIZ** - Foi a última vítima.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Foi a última vítima do caso, e que ele falou que tinha um pedaço da camisa. E essas provas ainda existem?

**A SRA. ILANA CASOY** - Olha, Jônatas é esse aqui. Eu vou lhe mostrar. Ele está aí.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Por favor.

**O SR. JOÃO CARLOS AMORIM DINIZ** - Tá aí? Ah, é, porque ali colocou Pará.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Ah, tá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Queria aproveitar a oportunidade para convidar o Senador Magno Malta para fazer parte da Mesa.

**O SR. JOÃO CARLOS AMORIM DINIZ** - Sim, é porque, nessa doutrina - eu estou falando aqui desde cedo em doutrina -, quando se investiga um crime que, em tese, pode ter sido cometido por um assassino em série, ele deixa sua assinatura no crime. No caso dos emasculados do Maranhão, o público só fala na assinatura emasculação, a retirada dos órgãos genitais, mas teve outras.

**A SRA. ILANA CASOY** - Como o tucum, as moitas de tucum em todos os locais do crime.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - E como é que vocês... Foi só através do depoimento dele que vocês fizeram essa ligação?

**A SRA. ILANA CASOY** - Isso não foi através do depoimento dele. Foi através dos estudos de todos os inquéritos.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Foi através da investigação dos...

**O SR. JOÃO CARLOS AMORIM DINIZ** - Veja só, em alguns casos, ao ser encontrado o corpo da criança, sempre se encontrava a roupa que ela estava usando. Algumas estavam nuas, mas a roupa estava do lado. E observou-se que, em alguns casos, não em todos, a blusa teria sido arrancada, cortada, assim como se fosse cortada com uma tesoura, um pedaço, ou a parte da frente ou a parte de trás. E em todos eles aconteceu isso, inclusive, no caso do Jonatas.

Então, aqui eu defendo a investigação, a tese de que, com uma investigação bem feita, se resolve esse tipo de crime. Então, essa seria a minha mensagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - O Senador Magno Malta está com voto aberto lá no Senado. Vou lhe facultar a palavra, até porque S. Exa. tem de votar urgentemente.

**O SR. SENADOR MAGNO MALTA** - Quero agradecer a oportunidade, parabenizar a Comissão de Direitos Humanos por levantar um tema absolutamente importante e necessário para se fazer justiça de verdade e cumprimentar a Mesa.

Eu acabei me metendo dentro desse crime, nesse episódio, a partir da CPI da Pedofilia. Eu acabei puxando isso um pouco para a CPI, não nos aprofundamos, mas existem fatos que estão absolutamente claros que só dependem de bom senso, responsabilidade e senso de justiça com a vida humana.

O que está claro é o seguinte: todas as teses colocadas pelo Ministério Público do Pará não têm verdade; elas não têm verdade. O Ministério Público do Pará precisa ser humilde. Eu estive lá com a Procuradora. Qualquer cidadão que principia no Direito ou num processo de investigação, qualquer principiante, qualquer aprendiz de detetive que entre em contato... E falo mais: fizeram aqui uma brincadeira!

A tese de que eles foram entregues num ritual de macumba, foi a primeira. Aquilo caiu por terra, não existe. Aquilo já me trazia muita desconfiança. Eu fui a Altamira, por conta da CPI da Pedofilia. Havia casos escabrosos de abusadores que tinham as autoridades na sua conta e, por conta de muita riqueza na região, abusavam de criança e ficava por isso mesmo. Eu fui bater lá, e acabei lá em Altamira, achando que eu deveria me meter nesse assunto. Ele precisa ser conclusivo. Cai a tese.

O ponto mais importante na tese do Ministério Público naquela investigação é um cidadão, com mais de 70 anos de idade, depois de 5 horas da tarde, viu um sujeito sair do mato com alguma coisa na mão. É esse sujeito que acusa o médico que está preso de ter matado.

A partir daí, eu entro em contato com o Francisco das Chagas. Vou ao Maranhão e vou ao presídio ver o Francisco. Aí, o Ministério Público do Maranhão, juntamente com a Polícia Federal, que comandaram a investigação para tirar a prova dos nove, você ouve...

Eu não sei se eles fizeram essa exposição aqui hoje do processo investigativo, mas é preciso, Presidente, que os traga aqui com o processo investigativo e ponha aqui no telão o processo investigativo, o GPS de cada morte, de cada local, os dados encontrados, os documentos na casa do Francisco, as anotações do Francisco.

É mais do que claro que Francisco é o *serial killer* que fez todos os emasculados. Todos foram ele, o Francisco. E as mortes, a precisão cirúrgica do que foi feito nos garotos... Parecia que aquilo era cortado com bisturi. Na primeira vez em que eu estive com o Francisco - e depois ele muda o discurso -, ele me disse que existem momentos de que ele não tem lembrança, mas que ele fazia aquilo, alguns foram feitos com o próprio dente. Ele estava possuído, possuído. O Francisco fala dos cadáveres dentro da casa dele, que são tirados e enterrados na sala dele.

Há um processo investigativo absolutamente claro. O que falta é reconhecimento da investigação feita, detalhada. Existe um *serial killer* preso no Maranhão que, por ironia do destino, parece muito com o médico que está preso. O Francisco é a cara do médico. Está o Francisco lá cumprindo 400 anos porque deve, e os outros cumprindo 400 anos sem dever.

O mais grave de tudo isso é o Tribunal de Justiça do Pará, porque há uma liminar, do Ministro Marco Aurélio, que não foi cumprida. Ora, é preciso ser cumprida! Estive com o Ministro Marco Aurélio na semana passada.

Eu não tenho muito tempo, Sr. Presidente, mas eu gostaria de poder participar. Penso que esta Comissão deveria tirar uma comissão para ir ao Supremo - é um encaminhamento que faço. Eu gostaria de acompanhar, se precisar de mim para marcar com o Ministro Marco Aurélio. O Ministro Marco Aurélio está indignado porque acha que a liminar dele foi cumprida.

Eu estive no Tribunal do Pará, com a Presidente do Tribunal, com a Procuradora-Geral, na época, do Ministério Público do Pará, e é só coisa vazia, só coisa evasiva, assim, de quem não quer dar o braço a torcer.

Gente, errar todo mundo erra. Agora, você não pode sustentar o seu erro com um ser humano apodrecendo na cadeia.

Eu fui buscar o CONAMP porque achei que o Conselho Nacional do Ministério Público tinha que tomar uma providência. E acho que é preciso, porque se não houver esse reconhecimento de que houve um erro para que se possa fazer justiça... É preciso que se represente contra esses Promotores no Conselho do Ministério Público. É preciso fazer isso. É preciso que se represente contra o Juiz do Conselho Nacional de Justiça.

É para fazer justiça. Não tem nenhuma brincadeira nisso. Há um *serial killer* preso chamado Francisco; um *serial killer*. Os crimes todos apontam, a investigação feita pelo Maranhão é perfeita. A partir disso, esta Comissão de Direitos Humanos...

Eu fiz um requerimento lá para fazer uma audiência e que não foi colocada em pauta no Senado. Mas eu espero que coloquem na próxima semana, porque eu vou me pronunciar agora sobre isso, dizendo que acabei de sair daqui, porque nós podemos juntar duas Comissões.

Podemos ir ao Supremo, eu e o Paulo Paim pelo Senado, e juntar uma comissão das duas Comissões. É um encaminhamento que eu estou fazendo, porque é preciso que se cumpra a liminar do Ministro Marco Aurélio, e é preciso que seja refeito esse inquérito.

Nós vimos coisas aí de filmes épicos, de pessoas que sofrem, passam 20, 30 anos na cadeia sem dever nada, e se chega a um final. Quer dizer, esse é um crime emblemático, que está absolutamente claro.

Por exemplo, esse médico, que é do Espírito Santo, do meu Estado, que está preso, ele não tem advogado, porque eles não têm nem condições de mais nada, acabou. Até os médicos que o ajudavam foram se cansando, cansando, cansando, porque ninguém sustenta isso por tanto tempo. A família não possuía nada, não tem condições de tocar essa causa. Ele está lá, preso, jogado, sem dívida, como indigente, e o principal acusador dele é um senhor, com mais de 70 anos, que o viu há quase 1 quilômetro de distância, depois de 5 horas da tarde; um homem com mais de 70 anos, depois de 5 horas da tarde, com as vistas já - imagine Deus! - que viu um cara saindo de dentro do mato que parecia com ele. Isso é o fim do mundo, isso é o fim do mundo!

Portanto, eu faço esse encaminhamento. Não posso me demorar mais porque eu estou num debate lá sobre o voto aberto, mas eu faço esse encaminhamento do que eu conheço do processo.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, só uma palavra, uma pergunta ao Senador.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Magno Malta, que, mesmo com tantos afazeres, veio prestigiar aqui a nossa audiência.

Senador, qual é o teor da liminar do Ministro Marco Aurélio, o senhor sabe?

**O SR. SENADOR MAGNO MALTA** - A liminar é mandando soltar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Então, Senador, o assunto é mais grave do que a gente imaginava, porque eu não tinha nem conhecimento dessa liminar. É mais grave do que eu imaginava.

**A SRA. ILANA CASOY** - Se o senhor puder esclarecer, é porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Eu quero dizer a V.Exa., Senador Magno Malta, como autor do requerimento que ensejou esta audiência pública, e se o Presidente assim concordar também, nós não precisamos nem fazer outra audiência no Senado. V.Exa. e o Senador Paim já estão junto a esta Comissão para que possamos ir até na segunda-feira. Não é meu dia de eu vir aqui na segunda-feira, nem de nenhum Deputado quase. Poucos Deputados estarão aqui. Mas, dado a gravidade do fato, dada a proximidade do recesso, a urgência da matéria, da injustiça, por que não marcamos na segunda-feira para estarmos com o Senador Paulo Paim, com V.Exa., nós, Deputados Federais, e o Ministro Marco Aurélio, para que a gente vá ao Presidente do Supremo, que é Presidente do CNJ, que esta Comissão aprovou o requerimento, para que providencie o julgamento da revisão e mande liberar imediatamente os dois médicos que estão presos injustamente, porque os dois outros que estavam presos já morreram na cadeia.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Sr. Presidente, eu só queria pedir ao Senador, se V.Exa. puder já encaminhar esse pedido de visita ao Ministro Marco Aurélio, que é seu amigo...

**O SR. SENADOR MAGNO MALTA** - Eu faço isso hoje.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - O senhor só me passa a data e nós vamos lá com uma comitiva de Deputados. A data fica à sua disposição.

**O SR. SENADOR MAGNO MALTA** - Agora nós vamos depender do Marco Aurélio. Eu já faço esse contato com ele hoje.

Eu estou tendo uma alegria. Para mim, foi uma alegria. Eu ganhei muito em ter vindo, pelo tema, em si, pela injustiça que estão fazendo com esses seres humanos e por ter conhecido a Dra. Ilana. Sou seu fã, leio tudo o que você escreveu, li tudo sobre o Francisco, o que você fala sobre o Francisco. Essa mulher conhece esse *serial killer*. Ela está nesse caso há 10 anos. Essa mulher é a nossa referência para esse tipo de crime. Para mim... Eu conheço, eu já li outros que são referência no mundo inteiro. Nós, no Brasil, temos que nos orgulhar da Dra. Ilana; orgulhar-nos pela batalha dela de não ter largado o caso já há 10 anos.

Vaidade é uma coisa desgraçada. O Ministério Público do Pará precisa sair dessa vaidade porque há seres humanos morrendo na cadeia sem dívida. E é preciso que... Nós não temos poder de convocação, mas de convidar. Precisamos convidar os promotores a vir à Comissão de Direitos Humanos, e, se eles não vierem, assina recibo - assina recibo! É preciso convidá-los; e é preciso marcar uma audiência com o Conselho Nacional do Ministério Público, que é o lugar onde eles têm que responder.

Ora, por que é que o cidadão, uma vez acusado, tem tribunal para que ele responda, para que ele se explique? Ele precisa se explicar, os promotores precisam se explicar. Com todo o respeito que eu tenho à Procuradora do Pará, na época que eu estive lá, ela não sabia o que falar comigo, porque não há defesa para este argumento; não existe defesa para esse argumento.

Quando eu fui estar com o Francisco, o grau de doença dele era um negócio tão sério que ele me viu e começou a chorar, e falou assim: *Eu peço, eu rezo todo dia pedindo a Deus para conhecer o senhor, para o senhor chegar aqui, porque minha solução é o senhor; olhe o que eles estão fazendo comigo*. Depois, começou a chorar e começou a me contar.

Os emasculados, alguns... Ele fez aquilo com o dente. A precisão cirúrgica com o dente - isso é outra coisa, isso é espiritual. Endemoninhado. Um negócio, assim, terrível! A precisão dos indicativos dele, a precisão do GPS... Existem mortes programadas na conta de luz dele, dentro de casa. Estava lá. E ele marcando data, na época em que ele ficava em Altamira e na época em que ele ficava no Maranhão. Há uma investigação verdadeira, uma investigação perfeita, que eu não sei até como esse *Investigação Discovery* ainda não pegou esse troço, mas vai pegar, porque é uma verdade. O mundo precisa conhecer isso!

A gente não precisa manter a nossa vaidade. Errar é humano. Desgraça é querer permanecer no erro para se autoafirmar, se autodefender, enquanto há gente morrendo na prisão. É isso o que acontece com os promotores do Pará.

Eu penso que podemos fazer essa audiência conjunta - eu confio muito na Senadora Ana Rita - e trazer os promotores como convidados. Se eles vão vir eu não sei; se vão vir eu não sei. Mas podemos convidá-los e as duas Comissões, em conjunto, podem fazer uma representação no Conselho do Ministério Público contra eles, e ir ao Conselho Nacional de Justiça contra o juiz. Qual é o problema? Que se defenda! Se esses pobres não têm advogados, eles que contratem os deles para se defender, na instância deles. Agora, eu acho absolutamente necessário.

Eu estou à disposição do caso. Para mim, é absolutamente entristecedor. Você se sente impotente. Há momentos em que você se vê sozinho dentro de um processo como esse, mas revigoram as minhas forças vendo isso tudo, e penso que hoje, ainda, eu posso responder o dia em que o Ministro Marco Aurélio pode nos atender. Aí nós vamos ao Ministro Marco Aurélio, e o Ministro Marco Aurélio vai ter que fazer cumprir isso aí.

Agradeço. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Eu queria fazer as considerações finais. Mas, em decorrência do adiantado da hora, a Dra. Ilana Casoy também tem que ir embora, e todos já estão indo, e nós vamos dar por encerrada, concluída, esta audiência e vamos aguardar o comunicado do Senador Magno Malta para que esta Comissão, sob a presidência do Deputado Marco Feliciano, junto com todos nós, visite e participe dessa audiência com o Ministro Marco Aurélio.

**O SR. SENADOR MAGNO MALTA** - O senhor me permita eu parabenizar aqui o delegado, porque o agente federal que esteve com ele foi que fez a apresentação no Ministério Público para mim. E eu ganhei dois prêmios hoje, porque tinha muita vontade de conhecer o delegado. Esse delegado aqui é de uma inteligência rara de investigação, e, acima de tudo, tem muita coragem e senso de justiça. Então, estou muito feliz em conhecê-lo.

**O SR. JOÃO CARLOS AMORIM DINIZ** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Lourival Mendes) - Está encerrada a reunião.